

Estudo Técnico Preliminar 67/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 50500.044375/2023-13

2. Descrição da necessidade

2.1. Motivação/Justificativa

2.1.1. O presente documento visa a contratação de empresa especializada para o fornecimento de solução integrada para proteção de usuários e visibilidade da superfície estendida de ataques, com resolução contínua de vulnerabilidades e priorização e correlação dos eventos de segurança, visando prover à Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT o aumento da segurança cibernética, seguindo as orientações gerais do Governo Federal.

2.1.2. A Agência Nacional de Transporte Terrestres (ANTT) é uma autarquia sob regime especial, vinculada ao Ministério da Infraestrutura (MInfra), que tem como finalidade regular, supervisionar e fiscalizar as atividades de prestação de serviços e de exploração da infraestrutura de transportes terrestres, exercidas por terceiros, visando garantir a movimentação de pessoas e bens, harmonizar os interesses dos usuários com os das empresas concessionárias, permissionárias, autorizadas e arrendatárias, e de entidades delegadas, preservando o interesse público, bem como arbitrar conflitos de interesses e impedir situações que configurem competição imperfeita ou infração contra a ordem econômica.

2.1.3. Para alcançar a missão institucional, a ANTT conta em média com 2.300 (dois mil e trezentos) usuários de TI, conforme levantamento realizado no Active Directory da Agência, distribuídos por aproximadamente 90 (noventa) unidades em todos os Estados da Federação e no Distrito Federal. O ambiente computacional da Agência possui por volta de 4.300 (quatro mil e trezentos) ativos de informática, incluindo estações de trabalho, notebooks, impressoras, servidores, switches de rede, storage, firewall, wi-fi access points, sistemas de backup e outros, conforme relatório abaixo:



2.1.4. Assim, com vistas a apoiar as atividades dos usuários de TIC, faz-se necessária a contratação dos serviços que cooperam para a operação de infraestrutura e atendimento a usuários de Tecnologia da Informação e Comunicação da ANTT.

2.1.5. A ANTT vem realizando contratações de serviços de aplicações em nuvem, de forma a melhor se adequar ao cenário tecnológico, obtendo as vantagens do modelo Cloud Computing. Deste modo, além da migração de aplicações e serviços para o ambiente de nuvem, incorporou-se ao ambiente da ANTT a solução Office 365 (OneDrive, Sharepoint, Outlook e Teams) para todos os usuários e colaboradores da autarquia trazendo um novo perímetro de manipulação das informações.

2.1.6. Neste contexto, houve ainda migração de aplicações e serviços críticos para o ambiente de nuvem, modificando o escopo do ambiente computacional da ANTT em On-Premises e nuvem. Faz-se necessário o estudo, a capacitação e o investimento em soluções modernas que forneçam funcionalidades de segurança neste novo contexto, protegendo as estações de trabalho, servidores e dados locais e armazenados na nuvem, resultando na administração, confiabilidade e integridade do ambiente.

2.1.7. Ainda nesse sentido, nota-se claramente uma evolução constante no que tange o aumento de ataques cibernéticos direcionados ao Governo Brasileiro (<https://www.cisoadvisor.com.br/brasil-entra-em-2022-com-alto-risco-cibernetico/>). Muito desse cenário se dá devido à monetização e retorno financeiro obtido a partir de tais eventos, por parte dos atacantes, fomentando ainda mais iniciativas e evolução deste mercado.

2.1.8. O mapa estratégico da ANTT 2020-2030, tem como um de seus objetivos estratégicos “aprimorar a disponibilidade, a qualidade e a integração das informações “internas e externas”, de modo que permita à área de tecnologia da informação e comunicação da ANTT atender às demandas resultantes da necessidade de alinhamento das ações de tecnologia com o planejamento estratégico institucional.

2.1.9. A continuidade dos negócios e da prestação de serviços à sociedade pela ANTT depende diretamente da garantia de atualização de versões e serviços correlatos, garantindo o aumento da segurança em acessos remotos e no ambiente computacional, de forma a contribuir para a proteção dos dados e a agilidade dos serviços prestados no ambiente tecnológico da Agência.

2.1.10. Nesse sentido, faz-se necessária a contratação de uma solução integrada para proteção de usuários e visibilidade da superfície estendida de ataques, com resolução contínua de vulnerabilidades além de priorização e correlação dos eventos de segurança, com vistas ao atendimento das demandas de infraestrutura dos mais de 2 mil usuários dos serviços oferecidos pela Agência.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Gerência de Infraestrutura Tecnológica	Victor Hugo Gouveia de Lucena Lima

4. Necessidades de Negócio

4.1. A contratação tem como objetivo atender as seguintes necessidades de negócio:

- a) Manter os Serviços de TI sempre disponíveis para seus usuários;
- b) Prestar atendimento adequado e satisfatório aos usuários da ANTT, possibilitando o pleno desenvolvimento de suas atividades;
- c) Adequado monitoramento e suporte destinados ao ambiente tecnológico da ANTT, buscando prevenir e corrigir falhas para garantir a integridade das informações e a estrutura desse ambiente de proteção.

4.2. Os impactos negativos decorrentes da não efetivação da presente contratação são:

- a) Interrupção na prestação dos serviços, acarretando perdas irreparáveis à administração e a própria população envolvida com a missão da ANTT;
- b) Indisponibilidade no atendimento ao usuário, sistemas, aplicações, serviços, integrações e portais da ANTT;
- c) Interrupção da sustentação, construção, implantação ou uso da solução de TI;
- d) Impossibilidade de execução dos serviços essenciais da Agência.

4.3. Além disso, a contratação pretendida encontra-se alinhada ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação da ANTT - PDTIC 2021-2024, ao Planejamento Estratégico Institucional - PEI, de acordo com o Mapa Estratégico da ANTT 2020-2030, ao Plano de Contratações Anual - PCA 2023, à Estratégia de Governo Digital, instituída pelo Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020, e suas atualizações; e (alterado pelo Decreto nº 10.996, de 14 de março de 2022 e pelo Decreto nº 11.260, de 23 de novembro de 2022), e a Integração à Plataforma de Cidadania Digital, instituída pelo Decreto nº 8.936, DE 19 de Dezembro de 2016, conforme abaixo:

Alinhamento ao Planejamento Estratégico Institucional - PEI			
Planejamento Estratégico ANTT - 2020-2030			
ID	Objetivo Estratégico		
PR2	Aprimorar a disponibilidade, a qualidade e a integração das informações internas e externas.		
Alinhamento ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC			
Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC 2021-2024			
ID	NECESSIDADE		
N10	Aperfeiçoar os mecanismos e ambientes para assegurar alta disponibilidade e evolução tecnológica.		
ID	Ação do PDTIC	ID	Meta do PDTIC associada
-	Executar os serviços de gestão e manutenção da infraestrutura: dados em nuvem, site redundante, rede de dados, banco de dados, segurança.	-	Garantir disponibilidade das aplicações: 99%.
Alinhamento ao Plano de Contratações Anual - PCA			
Item no PCA	Descrição	Aprovação	
II.32	Serviços especializados de análise gestão e tratamento de vulnerabilidades em aplicações web e ativos de infraestrutura	Aprovado no Plano de Contratações Anual PCA 2023, nos termos da Deliberação nº 142, de 22 de maio de 2023 e alterado pela Deliberação 293, de 4 de setembro de 2023.	
II.33	Solução de gerenciamento e correlação de eventos e logs	Aprovado no Plano de Contratações Anual PCA 2023, nos termos da Deliberação nº 142, de 22 de maio de 2023 e alterado pela Deliberação 293, de 4 de setembro de 2023.	
II.38	Serviços de monitoramento e ataques cibernéticos	Aprovado no Plano de Contratações Anual PCA 2023, nos termos da Deliberação nº 142, de 22 de maio de 2023 e alterado pela Deliberação 293, de 4 de setembro de 2023.	
Alinhamento à Estratégia de Governo Digital			
Não se aplica.			
Integração à Plataforma de Cidadania Digital			
Não se aplica.			

4.4. Cabe registrar algumas premissas necessárias e específicas do objeto que devem ser observadas dentro dos objetivos da contratação, são elas: Norma Complementar nº 14/IN01/DSIC/GSIPR, que estabelece princípios, diretrizes e responsabilidades relacionados à Segurança da Informação (SI) para o tratamento da informação em ambiente de Computação em Nuvem, nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal (APF), direta e indireta, e a Resolução nº 5854 de 10 de setembro de 2019, que aprovou a Política de Segurança da Informação e Comunicações (PoSIC) da ANTT.

5. Necessidades Tecnológicas

5.1. A solução integrada para proteção de usuários e visibilidade da superfície estendida de ataques, com resolução contínua de vulnerabilidades e priorização e correlação dos eventos de segurança é uma necessidade urgente, e se justifica com base no contexto atual da Agência, que tem o dever de performar um monitoramento inteligente e disponibilizar testes que permitam conhecer e avaliar a experiência do usuário com os serviços ofertados.

5.2. Tecnicamente, pelo cenário complexo atual no que tange à segurança cibernética e às orientações gerais do Governo Federal, a cada dia que passa surgem inúmeros artefatos maliciosos, vulnerabilidades conhecidas, técnicas comuns de ataque, entre outros. À medida que os avanços tecnológicos fornecem novos meios de realizar/facilitar atividades cotidianas, agentes mal-intencionados trabalham para explorar e se aproveitar de brechas ocasionadas também por serviços de tecnologia que muitas vezes não são notadas.

5.3. Abordar o tema segurança cibernética há alguns anos já era algo extremamente relevante, porém, sempre se fez necessária uma contextualização profunda frente às necessidades de proteção. Atualmente, pode-se afirmar que o mundo vive literalmente uma guerra cibernética e muitos especialistas apontam que a efetivação de um ataque cibernético em uma organização se trata apenas de uma questão de tempo (<https://tiinside.com.br/09/12/2021/ataques-ciberneticos-a-pergunta-nao-e-mais-se-serei-atacado-mas-quando-e-como/>).

5.4. Tal afirmação se sustenta pelo avanço na utilização de meios digitais e tecnológicos para as mais variadas funções e setores da cadeia corporativa, seja privada ou governamental, o que torna o ataque cibernético algo extremamente rentável para o atacante.

5.5. Quando se estuda o ambiente de empresas privadas, podemos observar uma série de ataques cibernéticos recentes que lograram êxito, causando prejuízos em larga escala.

5.6. Quando abordamos o cenário governamental, se torna possível observar um cenário semelhante de ataques, dentre eles:

5.6.1. GDF - Governo do Distrito Federal: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/11/05/governo-do-df-tira-sistemas-online-do-ar-apos-ataque-hacker.ghml>

5.6.2. Ministério da Saúde 2020: <https://www.poder360.com.br/governo/ministerio-da-saude-identifica-virus-na-rede-do-datasus/>

5.6.3. Ministério da Saúde 2021: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/site-do-ministerio-da-saude-sofre-ataque-hacker-durante-madrugada-e-sai-do-ar/>

5.6.4. CNJ - Conselho Nacional de Justiça: <https://www.conjur.com.br/2019-abr-01/cnj-sofre-ataque-hacker-dados-milhares-pessoas-vazam>

5.6.5. STN - Secretaria do Tesouro Nacional: <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2021/08/16/tesouro-sofre-ataque-do-tipo-ransomware-o-que-e-isso.htm>

5.6.6. STJ - Superior Tribunal de Justiça: <https://www.stj.jus.br/sites/portallp/Paginas/Comunicacao/Noticias/04112020-Em-razao-de-ataque-cibernetico--STJ-funcionara-em-regime-de-plantao-ate-o-dia-9.aspx>

5.6.7. TRF1 - Tribunal Regional de Brasília: <https://www.cisoadvisor.com.br/invasao-de-rede-tira-do-ar-tribunal-federal-regional-de-brasilia/>

5.6.8. TJRS - Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul: <https://www.cisoadvisor.com.br/tribunal-de-justica-do-rio-grande-do-sul-prejudicado-em-ataque-de-ransomware/>

5.7. Observando os casos, nota-se claramente como o incidente cibernético afeta diretamente a vida do cidadão, impedindo muitas das vezes que ele faça compras ou utilize serviços de empresas privadas ou governamentais que são essenciais. Além da vertente monetária, nota-se também um número grande de ataques cibernéticos de cunho político (<https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2022/01/20/ataques-ciberneticos-como-arma-politica.htm>).

5.8. Outro aspecto importante referente ao cenário atual de combate a ataques cibernéticos, é o fato de que nos últimos dois anos o aumento na adoção do trabalho remoto foi a principal alternativa seguida pela grande maioria dos órgãos do Governo Federal para manter a execução das atividades de trabalho, e ao mesmo tempo diminuir os riscos de transmissão do coronavírus (COVID-19). Diante deste cenário a solução encontrada para permitir o acesso remoto aos colaboradores de modo a permitir a continuidade das atividades foi a implementação em larga escala de Redes Virtuais Privadas (Virtual Private Networks - VPN).

5.9. As Redes Privadas Virtuais (VPNs) permitem que os usuários se conectem remotamente a uma rede corporativa através de um túnel criptografado. Utilizando este túnel, os usuários podem aproveitar os serviços e proteções normalmente oferecidos aos usuários que estão dentro do perímetro corporativo (SEDE ou filial), como: ferramentas de colaboração, sistemas internos, repositórios de documentos confidenciais, firewalls e gateways de perímetro etc.

5.10. Entretanto, ao mesmo tempo em que o acesso via VPN viabiliza o trabalho remoto e fornece acesso a recursos privados, o abuso deste recurso vem sendo usado com grande frequência para ações maliciosas ou mesmo ataques direcionados às redes Internas das Instituições governamentais. Recentemente o Centro de Estudos, Resposta e Tratamento de Incidentes de Segurança no Brasil (CERT.br), lançou um alerta (<https://www.gov.br/ctir/pt-br/assuntos/alertas-e-recomendacoes/alertas/2022/alerta-08-2022>) sobre os abusos em Redes Virtuais Privadas (VPN). Os abusos se dão devido à superfície de ataque que é ocasionado pela VPN, uma vez que para conceder os acessos ao usuário, ela insere o mesmo dentro da rede corporativa, possibilitando uma série de ações maliciosas, após o acesso ser estabelecido.

5.11. Atualmente existem mais de 600 vulnerabilidades associadas a tecnologias de rede privada virtual (VPN) presentes no banco de CVE (Common Vulnerabilities and Exposures - <https://cve.mitre.org/cgi-bin/cvekey.cgi?keyword=vpn>). A tecnologia

tem sido um alvo crescente e constante e vem sendo utilizada como vetor para ações maliciosas ou mesmo ataques direcionados às redes internas das instituições. Diversos Alertas foram emitidos pela NSA (National Security Agency - <https://media.defense.gov/2019/Oct/07/2002191601/-1/-1/0/Mitigating%20Recent%20VPN%20Vulnerabilities%20%20Copy.pdf>) sobre a exploração ativa dessas vulnerabilidades por ameaças avançadas em todo o planeta.

5.12. A exemplo destes ataques recentes podemos ilustrar o ataque ao Oleoduto Colonial Pipeline (<https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/06/09/senha-roubada-permitiu-que-hackers-atacassem-oleodutos-da-colonial-pipeline-diz-empresa.ghtml>), uma invasão crítica que interrompeu o fornecimento de combustível para todo o sudeste dos Estados Unidos em maio de 2020. O Presidente da Colonial Pipeline informou que o ataque ocorreu usando um sistema de rede privada virtual (VPN).

5.13. De acordo com o último levantamento realizado, a ANTT possui um total de 3.540 (três mil quinhentos e quarenta) dispositivos, sendo aproximadamente 2.500 estações de trabalho, 800 servidores físicos e virtuais e 240 dispositivos de rede. O atendimento a toda essa estrutura possui forte necessidade de segurança cibernética.

5.14. Diante desse contexto, com a crescente demanda de usuários acessando o ambiente computacional de forma remota e com a evolução cada vez maior de migração dos dados para o ambiente de nuvem que a ANTT vem realizando desde a assinatura dos Contratos 043/2019 e 013/2021, ambos de prestação de serviços em nuvem, faz-se cada vez mais necessária a busca por obter maior controle e segurança dos dados, a fim de evitar perdas de informações sensíveis e ataques cibernéticos através da contratação de uma solução integrada para proteção de usuários e visibilidade da superfície estendida de ataques, com resolução contínua de vulnerabilidades e priorização e correlação dos eventos de segurança, possibilitando a integração e todas as proteções em uma única visão.

5.15. A solução permitirá à ANTT registrar e monitorar os comportamentos dos usuários localizados dentro e fora do ambiente corporativo, oferecendo capacidade de controle de políticas de download, upload e compartilhamento de dados em aplicações de nuvem gerenciadas como OFFICE 365, e em aplicações de nuvem não gerenciadas (Google Drive, Dropbox, WeTransfer, etc), e em dispositivos corporativos ou pessoais, assim como a descoberta e resolução contínua de vulnerabilidades de segurança, correlacionamento e priorização de eventos de segurança, simulações contínuas de ataque, aliado a serviços especializados para resposta a incidentes de segurança em meios digitais.

5.16. Tais iniciativas irão ampliar a camada de defesa cibernética da ANTT de forma considerável, permitindo ainda o acesso de usuários remotos apenas as aplicações e serviços necessários, evitando que o usuário ou atacante (no caso de o acesso estar comprometido) executem movimentação lateral na rede acessada, uma vez que a fragilidade das VPNs, já mencionada anteriormente, deixará de existir.

5.17. Nesse contexto observam-se também os impactos causados por ataques cibernéticos recentes contra instituições e órgãos do Governo, causando interrupção dos serviços e sistemas, afetando a disponibilidade e integridade das informações:

5.17.1. <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2022/04/06/ataque-hacker-trf3-prazos-o-que-aconteceu.htm>;

5.17.2. <https://www.tecmundo.com.br/seguranca/238738-sites-ministerio-saude-saem-do-ar-tentativa-invasao.htm>.

5.18. Ainda nesse sentido, é importante trazer à pauta importantes recomendações normativas e de boas práticas trazidas pela Secretaria de Governo Digital – SGD, no que tange a Gestão de Vulnerabilidades e Segurança da Informação como um todo:

5.18.1. Art.12, inciso IV, alínea “d” da Instrução Normativa nº 1, de 27 de maio de 2020, que dispõe sobre a Estrutura de Gestão da Segurança da Informação nos órgãos e nas entidades da administração pública federal;

5.18.2. CTIR Gov - Centro de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos de Governo (<https://www.gov.br/ctir/pt-br/assuntos/alertas-e-recomendacoes/>);

5.18.3. Guia do Framework de Segurança - CIS Controle 03: Gestão Contínua de Vulnerabilidade;

5.18.4. CIS Controls v8 - Controle 07: Gestão contínua de vulnerabilidade;

5.18.5. ABNT NBR ISO/IEC 27002 - 12.6 Gestão de vulnerabilidades técnicas.

5.19. Depreende-se das referências supracitadas uma crescente preocupação com a gestão de vulnerabilidades e atualização de patches, inclusive com a necessidade de utilização de softwares de forma a automatizar as rotinas de gerenciamento e atualização de patches nos diversos ambientes da Agência.

5.20. Nesse contexto frente à necessidade de resolução contínua de vulnerabilidades e priorização/correlação dos eventos de segurança, encontram-se detalhadas na tabela abaixo as ferramentas que compõe a solução de segurança pretendida:

Item	Descrição
Solução de controle de dados para aplicações em nuvem	Esta solução irá implementar uma camada adicional de proteção aos usuários tanto no ponto de vista de acesso à internet, quanto em seu comportamento em aplicações de nuvem, fornecendo também meios para acesso remoto seguro, sem necessidade de conceitos inseguros como as VPNs.
Solução de descoberta e correção de vulnerabilidades de segurança	Esta camada de proteção deverá trabalhar continuamente para descobrir vulnerabilidades de segurança, ocasionando a priorização e correção automática das mesmas, mantendo o ambiente seguro contra brechas já conhecidas no mundo.
Solução de correlação de eventos de segurança e resposta a incidentes	Esta camada de proteção deverá atuar diretamente na ingestão de eventos de todas as tecnologias de proteção utilizadas no ambiente, assim como na priorização e geração de alertas para consolidação de resposta a incidentes de segurança em uma única visão.
Solução de simulação automatizada de ataques cibernéticos	Esta camada tecnológica deverá atuar diretamente na automatização de testes de segurança, na ótica de avaliação se as ferramentas de proteção utilizadas estão de fato sendo efetivas contra ataques reais e comportamentos maliciosos. Os insumos gerados deverão proporcionar evolução contínua de todos os controles de segurança existentes, de modo que o nível de proteção esteja sempre em constante evolução.
Solução avançada para proteção de e-mail corporativo	Esta camada deverá atuar diretamente na proteção das caixas de e-mail corporativos, implementando técnicas que permitam inibir ataques cibernéticos simples e complexos que eventualmente façam uso deste canal.

5.21. Deste modo, considerando todos os riscos e necessidades apresentadas, este estudo tem por objetivo analisar os cenários de forma a encontrar a melhor alternativa para atender as necessidades da Agência.

6. Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC

6.1. O detalhamento técnico da solução encontra-se descrito no APÊNDICE “A”, deste Estudo Técnico (SEI nº 17811619).

7. Estimativa da demanda - quantidade de bens e serviços

7.1. O quantitativo estimado para esta demanda, baseado nas necessidades elencadas encontra-se na tabela abaixo:

Lote	Item	Descrição	Unidade	Quantidade
1	1	Solução de controle de dados para aplicações em nuvem	Usuário	2.300
	2	Serviço de operação assistida	Horas	930
2	3	Solução de descoberta e correção de vulnerabilidades de segurança	Ativos	2.300
	4	Solução de correlação de eventos de segurança e resposta a incidentes	Eventos por segundo - EPS	3.000
	5	Solução de simulação automatizada de ataques cibernéticos	Dispositivo	40
	6	Solução avançada para proteção de e-mail corporativo	Usuário	2.300
	7	Serviços técnicos especializados em resposta a incidentes de segurança	Horas	1.000

7.2. Pelo fato de o cenário atual da ANTT não possuir um número de funcionários suficientes e adequados para sustentação de todas essas tecnologias, o estudo dos cenários irá buscar além das soluções, serviços técnicos especializados a serem previamente descritos.

7.3. Ademais, para o fornecimento de acesso remoto seguro às aplicações e serviços internos, seguindo orientação do alerta 08 da CTIR Gov (<https://www.gov.br/ctir/pt-br/assuntos/alertas-e-recomendacoes/alertas/2022/alerta-08-2022>), se faz necessário a contratação de serviços de arquitetura ZTNA (Zero Trust Network Access), que permite um controle das conexões e acesso direto ao destino sem a necessidade de concessões de endereços IP e recursos internos como DHCP, DNS, etc, eliminando a necessidade de utilização de soluções de VPN. Para tanto, estima-se a contratação de solução para 2.300 usuários, a fim de garantir segurança à acessos remotos já homologados e em casos excepcionais.

8. Levantamento de soluções

8.1. De acordo com o art. 11, inciso II, da IN SGD/ME nº 94/2022, a análise comparativa de soluções deve considerar, além do aspecto econômico, os aspectos qualitativos em termos de benefícios para o alcance dos objetivos da contratação, observando as seguintes dimensões:

a) Necessidades similares em outros órgãos ou entidades da Administração Pública e as soluções adotadas;

Órgão	UASG	Pregão Eletrônico	Objeto da Contratação
Serviço Social do Comércio - SESC	926637	33/2022	Licenciamento de solução de segurança de acesso à internet composta de conectividade segura para Unidades Operacionais e implementação das funcionalidades de anti-malware, anti-ransomware e prevenção contra vazamento de dados proteção para nuvens corporativas e terceiras.
Ministério da Educação - MEC	150002	02/2022	Aquisição de solução para mitigação de ataques de negação de serviço (DoS/DDoS) e serviços agregados de implantação, instalação, configuração, operação assistida, garantia e suporte técnico dos equipamentos.
Governo do Estado do Pará - GOV /PA	453754	06/2022	Contratação de ferramenta de gestão e gerenciamento de dados.
Conselho Federal de Engenharia Arquitetura e Agronomia - CONFEA	925175	02/2022	Contratação de empresa especializada em fornecimento de soluções de proteção avançada para endpoints, incorporando estações de trabalho e servidores, proteção para e-mail e rede corporativa, gerenciamento, orquestração e validação de segurança, mediante renovação dos produtos por PartNumber, e fornecimento de soluções para segurança de acessos em nuvem e Microsoft 365, contando com implementação, configuração e transferência de conhecimento.
Ministério da Infraestrutura - MINFRA	390004	02/2022	Contratação de serviços de tecnologia da informação e comunicação de segurança da informação, para o ambiente tecnológico do Ministério da Infraestrutura.

b) As alternativas do mercado;

Solução de controle de dados para aplicações em nuvem:

Em busca de alternativas de soluções de mercado que possam atender esta necessidade, foi encontrado o relatório do Gartner.



O Quadrante Mágico do Gartner consiste em uma representação gráfica do mercado tecnológico por um determinado período, cujo objetivo é funcionar exclusivamente como uma ferramenta de pesquisa para embasar decisões a partir de necessidades específicas de cada negócio, que no caso do presente planejamento, facilita a identificação das melhores ferramentas dentro do segmento de Security Service Edge. De acordo com a representação gráfica do Quadrante Mágico do Gartner (fevereiro 2022), os principais players e líderes do mercado em Solução de Security Service são representados pelos fabricantes McAfee Enterprise, Netskope e Zscaler. As soluções acima mencionadas possuem como características, dentre outras:

- Zero Trust Network Access (ZTNA);
- Cloud secure web gateway (SWG);
- Cloud access security broker (CASB);
- Firewall-as-a-service (FWaaS).

Funcionalidades	Tipos de soluções (Fabricantes)
SSE (Security Service Edge)	Netskope, Zscaler, McAfee
CASB (Cloud Access Security Broker)	Palo Alto, Netskope, Zscaler, McAfee
NG Swg (Next Generation Security Web Gateway)	Palo Alto, Zscaler, Netskope, McAfee
ZTNA (Zero Trust Network Access)	Netskope, Citrix, Zscaler
Cloud Firewall	McAfee, Netskope, Zscaler
DLP (Data Loss Prevention)	Zscaler, McAfee, Netskope

Solução de descoberta e correção de vulnerabilidades de segurança:

Em busca de alternativas de soluções de mercado que possam atender esta necessidade, foi encontrado o relatório da Forrester:



A onda da Forrester consiste em uma representação gráfica do mercado tecnológico por um determinado período, cujo objetivo é funcionar exclusivamente como uma ferramenta de pesquisa para embasar decisões a partir de necessidades específicas de cada negócio, que no caso do presente planejamento, facilita a identificação das melhores ferramentas dentro do segmento de Gestão de Vulnerabilidades.

De acordo com a representação gráfica do da onda da Forrester de 2019, os principais players e líderes do mercado em Solução de Gestão de vulnerabilidades são representados pelos fabricantes Tenable, Rapid7 e Qualys. As soluções acima mencionadas possuem como características, dentre outras:

Funcionalidades	Tipos de soluções (Fabricantes)
Descoberta de ativos	Tenable, Rapid7 e Qualys
Scan de vulnerabilidades contínua	Tenable, Rapid7 e Qualys
Priorização de visualização de vulnerabilidades com nível de risco	Tenable, Rapid7 e Qualys
Scan de vulnerabilidades em aplicações web	Tenable, Rapid7 e Qualys
Framework de remediação	Tenable, Rapid7 e Qualys

Solução de correlação de eventos de segurança e resposta a incidentes:

Em busca de alternativas de soluções de mercado que possam atender esta necessidade, foi encontrado o relatório do Gartner:



O Quadrante Mágico do Gartner consiste em uma representação gráfica do mercado tecnológico por um determinado período, cujo objetivo é funcionar exclusivamente como uma ferramenta de pesquisa para embasar decisões a partir de necessidades específicas de cada negócio, que no caso do presente planejamento, facilita a identificação das melhores ferramentas dentro do segmento de Security Information and event management.

De acordo com a representação gráfica do Quadrante Mágico do Gartner (abril 2021), os principais players e líderes do mercado em Security Information and event management são representados pelos fabricantes Exabeam, IBM e Secureonix. As soluções acima mencionadas possuem como características, dentre outras:

Funcionalidades	Tipos de soluções (Fabricantes)
Ingestão e correlacionamento de eventos	Exabeam, IBM e Secureonix
Aplicação de inteligência de ameaças	Exabeam, IBM e Secureonix
Regras alimentadas pelo fabricante e customizadas	Exabeam, IBM e Secureonix
Framework de registro, acompanhamento e resolução de incidentes de segurança	Exabeam, IBM e Secureonix
UEBA	Exabeam, IBM e Secureonix
Criação de relatórios	Exabeam, IBM e Secureonix
Execução de playbooks	Exabeam, IBM e Secureonix

Solução de simulação automatizada de ataques cibernéticos:

Em busca de alternativas de soluções de mercado que possam atender esta necessidade, foi encontrado o relatório do Gartner: <https://www.gartner.com/en/documents/3997362>. Apesar de ainda não existir um quadrante para esta tecnologia, foi possível encontrar uma série de fabricantes que podem atender as necessidades, conforme verifica-se abaixo:

Fabricantes	
Picus Security	https://www.picussecurity.com/
AttackIQ	https://www.attackiq.com/
Mandiant:	https://www.mandiant.com/advantage/security-validation
Cymulate	https://cymulate.com/
Pentera	https://pentera.io/

As soluções acima mencionadas possuem como características, dentre outras:

Funcionalidades	Tipos de soluções (Fabricantes)
Automatização de testes de segurança utilizando ameaças reais;	Picus Security, AttackIQ, Mandiant, Cymulate e Pentera.
Simulação de ataques em ferramentas de endpoint;	Picus Security, AttackIQ, Mandiant, Cymulate e Pentera.
Simulação de ataques em ferramentas de proteção para e-mail;	Picus Security, AttackIQ, Mandiant, Cymulate e Pentera.
Simulação de ataques em ferramentas de proteção de acesso à internet;	Picus Security, AttackIQ, Mandiant, Cymulate e Pentera.
Simulação de ataques em ferramentas de WAF;	Picus Security, AttackIQ, Mandiant, Cymulate e Pentera.
Simulação de ataques em ferramentas de DLP.	Picus Security, AttackIQ, Mandiant, Cymulate e Pentera.

Solução avançada para proteção de e-mail corporativo:

Em busca de alternativas de soluções de mercado que possam atender esta necessidade, foi encontrado o relatório da Forrester:



A onda da Forrester consiste em uma representação gráfica do mercado tecnológico por um determinado período, cujo objetivo é funcionar exclusivamente como uma ferramenta de pesquisa para embasar decisões a partir de necessidades específicas de cada negócio, que no caso do presente planejamento, facilita a identificação das melhores ferramentas dentro do segmento de Segurança de E-mail. De acordo com a representação gráfica do da onda da Forrester de 2021, os principais players e líderes do mercado em segurança de e-mail são representados pelos fabricantes Trend Micro, Proofpoint e Barracuda Networks. As soluções acima mencionadas possuem como características, dentre outras:

Funcionalidades	Tipos de soluções (Fabricantes)
Proteção de antispam	Trend Micro, Proofpoint e Barracuda Networks
Proteção de antimalware	Trend Micro, Proofpoint e Barracuda Networks
Proteção contra links maliciosos	Trend Micro, Proofpoint e Barracuda Networks
Sandbox para anexos	Trend Micro, Proofpoint e Barracuda Networks
Sandbox para links maliciosos	Trend Micro, Proofpoint e Barracuda Networks
Análise de domínios maliciosos	Trend Micro, Proofpoint e Barracuda Networks

c) A existência de softwares disponíveis conforme descrito na Portaria STI/MP nº 46, de 28 de setembro de 2016, e suas atualizações;

Não se aplica.

d) As políticas, os modelos e os padrões de governo, a exemplo dos Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico - ePing, Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico - eMag, Padrões Web em Governo Eletrônico - ePwg, padrões de Design System de governo, Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil e Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos - e-ARQ Brasil, quando aplicáveis;

Não se aplica.

e) As necessidades de adequação do ambiente do órgão ou entidade para viabilizar a execução contratual (exemplo: mobiliário, instalação elétrica, espaço adequado para prestação do serviço, etc);

Não há necessidade de adequação de ambiente.

f) Os diferentes modelos de prestação do serviço;

Os diferentes modelos de prestação do serviço, conforme demonstrado na análise comparativa de soluções são On-Premises e ambiente em Nuvem.

g) Os diferentes tipos de soluções em termos de especificação, composição ou características dos bens e serviços integrantes;

Os diferentes tipos de soluções apresentados neste Estudo Técnico são no modelo On-Premises e ambiente em Nuvem.

h) A possibilidade de aquisição na forma de bens ou contratação como serviço;

Trata-se de contratação de serviços.

i) A ampliação ou substituição da solução implantada; e

Trata-se de implantação de soluções agregadas que garantam segurança contra ameaças tecnológicas avançadas.

j) As diferentes métricas de prestação do serviço e de pagamento.

As diferentes métricas de prestação de serviço para a contratação serão usuário, horas, ativos, eventos por segundo - EPS e dispositivos.

8.2. Com base neste levantamento, cenários ou arranjos foram identificadas as seguintes soluções para atender as necessidades:

Solução	Descrição da solução (ou cenário)
Solução A - Manutenção do ambiente atual	Cenário que visa a manutenção do ambiente atual.
Solução B - Implantação de Solução Integrada em ambiente On-Premises	Cenário que visa a implantação de solução integrada para proteção de usuários e visibilidade da superfície estendida de ataques, com resolução contínua de vulnerabilidades e priorização e correlação dos eventos de segurança em ambientes On-Premises.
Solução C - Contratação de Solução Integrada em ambiente em nuvem	Cenário que visa a contratação de solução integrada para proteção de usuários e visibilidade da superfície estendida de ataques, com resolução contínua de vulnerabilidades e priorização e correlação dos eventos de segurança em ambiente Nuvem.

9. Análise comparativa de soluções

9.1. Com base nas possíveis soluções identificadas, segue a análise abaixo:

9.1.1. **Solução A - Manutenção do ambiente atual:** Trata-se de contratação de renovação e/ou adição de funcionalidades de suporte para as soluções já existentes no ambiente atual.

Solução A	
Vantagens	Desvantagens
<ul style="list-style-type: none"> Soluções já gerenciadas pela equipe de tecnologia; Infraestrutura já existente; 	<ul style="list-style-type: none"> Extrema complexidade de criação e aplicação de políticas de controle de dados; Falta de funcionalidades avançadas; Necessidade de integração com outras ferramentas para controle e auditoria; Falta de proteção contra novas ameaças em nuvem; Não identifica ou bloqueia grandes ataques cibernéticos; Impacto na máquina dos usuários gerando impacto no desempenho do colaborador;

<ul style="list-style-type: none"> • Não é necessário iniciar novo processo licitatório. 	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de capacidade de bloqueio para ameaças avançadas; • Falta de iniciativas voltadas diretamente para detecção e bloqueio de ransomware; • Falta de visibilidade e capacidade de correção de vulnerabilidades de segurança; • Falta de um framework integrado de segurança voltado para resposta a incidentes de segurança; • Baixa capacidade de resposta a incidentes que eventualmente já tenham ocorrido.
---	--

9.1.2. **Solução B - Implantação de Solução Integrada em ambiente On-Premises:** Trata-se de contratação de soluções On-Premises instaladas localmente para proteção contra ameaças avançadas.

Solução B	
Vantagens	Desvantagens
<ul style="list-style-type: none"> • Dados sensíveis serão analisados sem infraestrutura de terceiros. 	<ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de implementação de appliances físico ou virtual dentro do ambiente de Data Center, comprometendo a escalabilidade da solução; • Atualmente a maior parte do tráfego de redes é criptografado sendo necessário habilitar funcionalidade de SSL decryption no NGFW, o que compromete o desempenho de rede, devido a necessidade de utilização de recursos de processamento do equipamento; • Adquirir solução para funcionalidade de decifração e orquestração de SSL; • Perda de conhecimento adquirido na solução existente, uma vez que haverá a necessidade de treinamento de toda a equipe de técnica; • Elaboração de projeto para contratação de uma nova solução.

9.1.3. **Solução C - Contratação de Solução Integrada em ambiente em nuvem:** Trata-se de implantação de soluções agregadas que garantam segurança contra ameaças tecnológicas avançadas.

Solução C	
Vantagens	Desvantagens
<ul style="list-style-type: none"> • Sem necessidade de instalação de infraestrutura local; • Sem impacto nas máquinas dos usuários; • Decriptografia do tráfego SSL com escalabilidade; • Funcionalidades avançadas de controle e visibilidade de tráfego; 	

<ul style="list-style-type: none"> • Proteção contra ransomware e malwares modernos; • Visibilidade automática de vulnerabilidades de segurança; • Correção automática de vulnerabilidades de segurança; • Integração de todas as visões de segurança em uma única plataforma; • Disponibilização de um framework para descoberta, triagem e resolução de incidentes de segurança; • Aplicação de inteligência de ameaças contextual em todos os eventos de segurança da rede corporativa; • Automatização de testes de segurança em toda a infraestrutura de proteção; • Ampliação da camada de proteção dos usuários que utilizam e-mail corporativo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Perda de conhecimento adquirido na solução existente, uma vez que haverá a necessidade de treinamento de toda a equipe de técnica; • Elaboração de projeto para contratação de uma nova solução.
---	---

10. Registro de soluções consideradas inviáveis

10.1. Após levantamento das possíveis soluções, a equipe de planejamento da contratação, conclui que as soluções inviáveis correspondem a:

Solução	Descrição
Solução A - Manutenção do ambiente atual	Cenário que visa a manutenção do ambiente atual.
Solução B - Implantação de Solução Integrada em ambiente On-Premises	Cenário que visa a implantação de solução integrada para proteção de usuários e visibilidade da superfície estendida de ataques, com resolução contínua de vulnerabilidades e priorização e correlação dos eventos de segurança em ambientes On-Premises.

10.2. Dessa forma, com base no § 1º do art. 11 da IN 94/2022 da SGD/ME, as soluções identificadas e consideradas inviáveis deverão ser registradas no Estudo Técnico Preliminar da Contratação (breve descrição e justificativa), dispensando-se a realização dos respectivos cálculos de custo total de propriedade.

11. Análise comparativa de custos (TCO)

11.1. Para efeitos de comparação de custos a equipe técnica considerou apenas a solução técnica e funcionalmente viável, a Solução C - Contratação de Solução Integrada em ambiente em nuvem, nos termos do inciso III do art. 11 da Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022.

11.2. A análise baseou-se nas contratações realizadas no âmbito da Administração Pública com objeto similar, bem como em pesquisa direta com o fornecedor da solução.

11.3. CÁLCULO DOS CUSTOS TOTAIS DE PROPRIEDADE (TCO)

11.3.1. Com base nos parâmetros dispostos na IN SEGES/ME nº 65/2021, foram realizadas pesquisas ao Pannel de Preços, Comprasnet e junto à Administração Pública. Do resultado proveniente da consulta Pannel de Preços (SEI nº 19112416) utilizando os códigos CATSER 27502 e 26000, foram reportados 100 (cem) registros de processos realizados no exercício de 2022, conforme filtros textuais aplicados; 50 (cinquenta) registros com o CATSER 27502; e 50 (cinquenta) registros com o CATSER 26000. Contudo, parte dos registros reportados são de objeto diferente do que será contratado pela ANTT, tendo sido utilizados na tabela abaixo os resultados similares ao objeto, com as devidas análises e justificativas.

11.3.2. Em consulta textual realizada no Comprasnet (SEI nº 19112443), foram reportados 28 (vinte e oito) registros, sendo que apenas os PE 33/2022 - UASG 926637, PE 02/2022 - UASG 150002, PE 06/2022 - UASG 453754, PE 02/2022 - UASG 925175, PE 02/2022 - UASG 390004, correspondem a objeto similar ao pretendido pela ANTT, tendo sido utilizados os valores desses Pregões no Mapa de Preços (SEI nº 19113112).

11.3.3. Na consulta a contratações similares feitas pela Administração Pública (SEI nº 19112467), foram reportados 4 (quatro) registros pelos órgãos consultados. Dentre eles, a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC informou o link para consulta dos contratos firmados, mas não há contratos com objeto pretendido pela ANTT; a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA direcionou o e-mail para a área responsável, mas não houve retorno; a Caixa Econômica Federal - CEF informou ter realizado contratação semelhante e enviou o contrato, porém a garantia e suporte técnico são pelo período de 24 meses, e por esse motivo a referência não foi utilizada; por fim, o Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA informou que não dispõe de contratos com o objeto pretendido pela ANTT, sendo que a síntese das consultas realizadas e análises encontram-se demonstradas nas tabelas abaixo:

FONTE	PREGÃO	ORGÃO	UASG	ANÁLISE
Comprasnet	33/2022	Serviço Social do Comércio - SESC	926637	Objeto similar ao pretendido pela Agência. Referência utilizada.
Comprasnet	2/2022	Ministério da Educação - MEC	150002	Objeto similar ao pretendido pela Agência. Referência utilizada.
Comprasnet	6/2022	Governo do Estado do Pará - GOV /PA	453754	Objeto similar ao pretendido pela Agência. Referência utilizada.
Comprasnet	2/2022	Conselho Federal de Engenharia Arquitetura e Agronomia - CONFEA	925175	Objeto similar ao pretendido pela Agência. Referência utilizada.
Comprasnet	2/2022	Ministério da Infraestrutura - MINFRA	390004	Objeto similar ao pretendido pela Agência. Referência utilizada.
Painel de Preços	197/2022	Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos Bio Manguinhos	254445	Contratação de licenças de Software Antimalware TREND MICRO para servidores, contemplando suporte e atualização de versões, releases e patches de correção. Objeto diverso do pretendido pela Agência. Referência não utilizada.
Painel de Preços	41/2022	Secretaria de Administração do Ministério Público Federal	200100	Contratação de soluções na área de Tecnologia da Informação e Comunicações TIC, compreendendo: solução integrada de colaboração e comunicação corporativa no modelo Software como Serviço (SaaS); solução de gestão de identidade e acesso; serviço de diretório e atualização de sistema operacional; solução de distribuição de software e inventário de estações de trabalho. Objeto diverso do pretendido pela Agência. Referência não utilizada.
Painel de Preços	21/2022	Agencia Nacional de Energia Elétrica - ANEEL	323028	Contratação de Softwares Adobe e Autodesk. Objeto diverso do pretendido pela Agência. Referência não utilizada.
Painel de Preços	46/2022	Tribunal de Justiça do Distrito Federal - TJDF	100001	Contratação de empresa especializada para o fornecimento desubscrições Microsoft no regime Enterprise Agreement Subscription – EAS, com objetivo de renovar e expandir o licenciamento atual do TJDF. Objeto diverso

				do pretendido pela Agência. Referência não utilizada.
Painel de Preços	07/2022	Ministério das Comunicações - MINC	410003	Contratação de empresa especializada no fornecimento da ferramenta Jira Software na modalidade Cloud Premium e suas extensões (plug-ins: Xporter, BigPicture e Git Integration for Jira). Objeto diverso do pretendido pela Agência. Referência não utilizada.
Painel de Preços	14/2022	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI	240101	Contratação de licenças de sistemas aplicativos que compõem a plataforma básica para pontos de acesso (fixo/móvel) de usuários de TIC. Objeto diverso do pretendido pela Agência. Referência não utilizada.
Painel de Preços	26/2022	Ministério da Defesa - MD	110404	Aquisição de solução de TIC, composta por licenças de uso de software/programas de proteção de endpoints (ant-malware). Objeto diverso do pretendido pela Agência. Referência não utilizada.

11.3.4. Considerando os resultados obtidos foi realizada pesquisa com os fornecedores da solução, a fim de compor o preço estimado da contratação, em continuidade aos parâmetros estabelecidos na IN SEGES/ME nº 65/2021, conforme demonstrado na tabela abaixo:

TABELA ANEXADA

11.4. MAPA COMPARATIVO DOS CÁLCULOS TOTAIS DE PROPRIEDADE (TCO)

Descrição da Solução	Estimativa de TCO ao longo dos anos					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
Solução C Contratação de Solução Integrada em ambiente em nuvem	R\$ 8.271.223,00	R\$ 8.271.223,00	R\$ 8.271.223,00	R\$ 8.271.223,00	R\$ 8.271.223,00	R\$ 41.356.115,00

12. Descrição da solução de TIC a ser contratada

12.1. Contratação de plataforma integrada para proteção de usuários e visibilidade da superfície estendida de ataques, com resolução contínua de vulnerabilidades e priorização e correlação dos eventos de segurança.

12.2. O detalhamento técnico da solução de TIC a ser contratada encontra-se no APÊNDICE “A”, deste Estudo Técnico (SEI nº 17811619).

13. Estimativa de custo total da contratação

Valor (R\$): 8.271.223,00

13.1. Registro da estimativa do custo da contratação, considerando a Solução escolhida em formato numérico.

13.2. O custo total da contratação resta estimado em R\$ 8.271.223,00 (oito milhões, duzentos e setenta e um mil, duzentos e vinte e três reais), conforme detalhado na tabela abaixo:

Grupo	Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	1	Solução de controle de dados para aplicações em nuvem	Usuário	2.300	1.232,76	2.835.348,00
	2	Serviço de operação assistida	Horas	930	108,80	101.184,00
2	3	Solução de descoberta e correção de vulnerabilidades de segurança	Ativos	2.300	729,90	1.678.770,00
	4	Solução de correlação de eventos de segurança e resposta a incidentes	Eventos por segundo - EPS	3.000	417,39	1.252.170,00
	5	Solução de simulação automatizada de ataques cibernéticos	Dispositivo	40	30.450,00	1.218.000,00
	6	Solução avançada para proteção de e-mail corporativo	Usuário	2.300	123,37	283.751,00
	7	Serviços técnicos especializados em resposta a incidentes de segurança	Horas	1.000	902,00	902.000,00
Valor Total Global (Grupo 1 + 2) R\$					33.964,22	8.271.223,00

14. Justificativa técnica da escolha da solução

14.1. Com base nas informações levantadas ao longo do estudo técnico, a equipe de planejamento da contratação concluiu que a contratação da Solução C - Contratação de Solução Integrada em ambiente em nuvem, é a opção que se apresenta mais vantajosa, do ponto de vista técnico e econômico, em virtude de poder atender os padrões técnicos e de qualidade dos serviços a serem prestados, ampliando consideravelmente a camada de defesa cibernética, tendo em vista que com a defasagem tecnológica e descontinuidade da solução atualmente em uso, expõe a ANTT à possíveis ataques que comprometam a integridade e disponibilidade da informação ou vazamentos de dados que comprometam a confidencialidade da informação e exponham a autarquia publicamente em mídias, impactando a imagem e reputação da ANTT.

14.2. A solução tecnológica a ser contratada deverá permitir o controle, visibilidade e proteção dos dados trafegados pelos colaboradores da ANTT, tanto em ambiente local quanto remoto, visando atender as necessidades tecnológicas atuais, que usuários acessam os serviços e sistemas pela Internet, de qualquer lugar e a qualquer momento.

14.3. DO PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO DECORRENTE DE ASPECTOS TÉCNICOS

14.3.1. Com o objetivo de ampliar a competitividade do certame, a equipe técnica decidiu dividir a contratação em dois grupos, sendo que:

14.3.1.1. Grupo 1: irá incluir o contexto de proteção aos usuários remotos e controle de nuvem.

14.3.1.2. Grupo 2: irá incluir as proteções inerentes ao datacenter como um todo, criando o framework de unificação de detecção e resposta de segurança, assim como descoberta de vulnerabilidades e proteção do serviço de correio eletrônico.

14.3.2. Os itens do Grupo 1 são necessários para garantir a visibilidade e controle do tráfego de dados locais e em aplicações em nuvem, além de proteger os dispositivos e instâncias corporativas contra malwares e ransomware que podem causar alto impacto na segurança da informação, com foco muito grande no usuário remoto.

14.3.3. Já os itens do Grupo 2 tem relação exclusiva com a proteção do datacenter e serviços tecnológicos hospedados pela ANTT, protegendo o serviço de correio eletrônico, descobrindo e corrigindo vulnerabilidades de segurança também através do correlacionamento de eventos de todos os ativos que utilizam a rede corporativa.

14.3.4. Dessa forma ficam definidos os 2 (dois) grupos de forma a atender não somente as expectativas técnicas da contratação, mas também os aspectos econômicos.

15. Justificativa econômica da escolha da solução

15.1. A escolha da solução integrada em ambiente em nuvem pode ser fundamentada em uma análise econômica e financeira alinhada à Instrução Normativa SGD/ME N° 94/2022, que estabelece diretrizes para a contratação de serviços de TI no âmbito do Governo Federal, e preconiza a busca por soluções tecnológicas inovadoras e eficientes, promovendo a modernização da infraestrutura e a economia de recursos públicos.

15.2. A contratação da solução, objetiva manter os serviços de TI sempre disponíveis para seus usuários da ANTT, prestando atendimento adequado e satisfatório, possibilitando o pleno desenvolvimento de suas atividades, bem como adequado monitoramento e suporte destinados ao ambiente tecnológico da ANTT, buscando prevenir e corrigir falhas para garantir a integridade das informações e a estrutura desse ambiente de proteção.

15.3. Dessa forma, a adoção da solução integrada em ambiente em nuvem se alinha com a IN SGD/ME N° 94/2022, cumprindo os requisitos de eficiência, economia e modernização estabelecidos pela normativa, e ainda contribui para a sustentabilidade financeira da ANTT ao otimizar investimentos e custos operacionais.

15.4. Além disso, cumpre informar que a contratação será realizada com a adoção do Sistema de Registro de Preços - SRP. Com isso, considerando a quantidade e tipos de itens que compõem a solução, a equipe técnica entende que haverá vantagens e benefícios econômicos, a exemplo da não variação dos preços, bem como as entregas parceladas.

16. Benefícios a serem alcançados com a contratação

16.1. Dentre os principais resultados a serem alcançados com a contratação, pode-se destacar:

- a) Aumentar a segurança e o gerenciamento dos dados para aplicações em nuvem;
- b) Ampliar a capacidade de descoberta e correção de vulnerabilidades de segurança;
- c) Possibilitar a rápida correlação de eventos de segurança e resposta a incidentes;
- d) Possibilitar a automatização de testes de segurança;
- e) Implementar técnicas que permitam a inibição de ataques às caixas de e-mail corporativos;
- f) Incorporar novas Tecnologias nas soluções de TI;
- g) Escalabilidade do tráfego de dados;
- h) Auditoria e visibilidade dos dados corporativos;
- i) Proteção contra ransomware;
- j) Elevar a qualidade dos serviços;
- k) Prevenção de perda de dados.

17. Providências a serem Adotadas

17.1. Elaboração do Plano de Implantação da solução compreendendo a instalação e configuração.

18. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

18.1. Justificativa da Viabilidade

18.1. Justificativa

18.1.1. A contratação de plataforma integrada para proteção de usuários e visibilidade da superfície estendida de ataques, com resolução contínua de vulnerabilidades e priorização e correlação dos eventos de segurança, mostra-se viável e atende adequadamente às demandas de negócio formuladas, os benefícios pretendidos são adequados, os custos previstos são compatíveis e os riscos administráveis.

18.1.2. Diante disso, verificou-se que dentre as soluções identificadas neste Estudo Técnico a Solução C - Contratação de Solução Integrada em ambiente em nuvem é que a se mostra mais adequada às necessidades identificadas, pois irá aumentar a segurança e proteção dos dispositivos que compõem o parque computacional e ambiente de rede da Agência.

18.1.3. Com base nas informações levantadas ao longo do estudo técnico preliminar, os integrantes requisitante e técnico, da equipe de planejamento, declaram que a contratação é viável, do ponto de vista técnico e econômico, sendo relevante e essencial para o desenvolvimento das atividades e trabalhos realizados pela Agência Nacional de Transportes Terrestres.

18.1.4. O presente estudo técnico preliminar foi elaborado em harmonia com a Instrução IN SGD/ME nº 94/2022 e Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, da Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, bem como em conformidade com os requisitos técnicos necessários ao cumprimento das necessidades e objeto da aquisição/contratação.

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

PAULO JOSE MILANEZ

Integrante Técnico

VICTOR HUGO GOUVEIA DE LUCENA LIMA

Integrante Requisitante

DIOGO DA FONSECA TABALIPA

Autoridade Máxima de TIC

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Planilha 11.3.4.pdf (440.74 KB)
- Anexo II - Apêndice A - Requisitos Técnicos Mínimos da Solução.pdf (994.41 KB)



AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
SUPERINTENDÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
GERÊNCIA DE INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA

GETIC

DESPACHO

Processo nº: 50500.044375/2023-13

Destinatário: COLIC

Assunto: Atendimento ao Parecer Referencial nº 00004/2023/PF-ANTT/PGF/AGU.

Data: 23/11/2023

Em atenção ao DESPACHO COLIC (SEI nº 20176004), referente ao Parecer Referencial nº 00004/2023/PF-ANTT/PGF/AGU (SEI nº 20140215), seguem as justificativas e/ou complementações dos itens abaixo:

Item Parecer	Atendimento/Justificativa
48. Por se tratar de matéria técnica na área de Tecnologia da Informação, sobre a qual não cabe a esta Procuradoria se imiscuir, recomenda-se que a área técnica ateste expressamente o atendimento ao citado inciso, explicitando as razões para configurar todo o contrato como uma única "solução de TIC", ou regularize o feito, dividindo o pretendido contrato em tantos quantas forem as soluções de TIC que se pretendam contratar. Esta análise jurídica prosseguirá, condicionando-se sua validade, contudo, à aposição nos autos da expressa declaração a que refere este parágrafo, sem o que se terá por ilícito o objeto da contratação.	<p>A equipe de planejamento esclarece que a contratação se trata de uma única "solução de TIC" visando o fornecimento de solução integrada de segurança, voltada para proteção de usuários e visibilidade da superfície estendida de ataques, com resolução contínua de vulnerabilidades e priorização e correlação dos eventos de segurança, visando prover à Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, o aumento da segurança cibernética, seguindo as orientações gerais do Governo Federal.</p> <p>A equipe ressalta que objetivando ampliar a competitividade do certame, embora seja uma solução única, decidiu dividir a contratação em dois grupos, mantendo a coerência tecnológica para obtenção dos resultados esperados. Os grupos foram divididos da seguinte forma:</p>

	<ul style="list-style-type: none">• Grupo 1: abrange o contexto de proteção aos usuários remotos e controle de nuvem.• Grupo 2: abrange as proteções inerentes ao datacenter como um todo, criando o framework de unificação de detecção e resposta de segurança, assim como descoberta de vulnerabilidades e proteção do serviço de correio eletrônico.
50. Destaque-se, ainda, que, conforme art. 4º da mesma IN, caso o objeto da contratação envolva avaliação, mensuração ou apoio à fiscalização da solução de TIC, a contratada que provê a solução de TIC não poderá ser a mesma que a avalia, mensura ou apoia a fiscalização, o que deverá ser observado pela Administração	Informamos que o objeto da contratação não prevê avaliação, mensuração ou apoio à fiscalização da solução de TIC, conforme definição do objeto contida no item 1 do Termo de Referência - TR (SEI 20459073).
51. Cabe sublinhar, ainda, as vedações contidas no art. 5º da IN SGD/ME nº 94, de 2022, as quais devem ser integralmente observadas pela Administração. 52. Destacam-se as condutas descritas nos incisos I a VI, as quais se caracterizam como intervenção da Administração na gestão dos trabalhadores contratados para execução do serviço. Nesse sentido, a Administração deve se abster de interferir diretamente na gestão da empresa e de seus empregados, uma vez que tais condutas podem configurar uma terceirização ilícita.	<p>A equipe de planejamento apresenta abaixo os esclarecimentos para cada um dos incisos do art. 5º da IN SGD/ME nº 94/2022:</p> <p>I - estabelecer vínculo de subordinação com funcionário de empresa prestadora de serviço terceirizado;</p> <p>Acerca desse inciso, a equipe de planejamento esclarece que é vedado, conforme dispõe o item 1.7 do TR (SEI 20459073).</p> <p>II - fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo contratado;</p> <p>A equipe esclarece que a remuneração da futura contratada está relacionada à disponibilização da solução com o respectivo suporte, inexistindo qualquer interferência ou gestão nos seus recursos humanos, conforme dispõe o item 1.1 acerca da métrica e quantidade dos serviços a serem contratados, e o item 8. Critérios de Medição e Pagamento, ambos do TR (SEI 20459073).</p> <p>III - indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;</p> <p>Acerca desse inciso, a equipe de planejamento esclarece que é vedado, conforme dispõe o item 1.7 do TR (SEI 20459073).</p> <p>IV - demandar a funcionário de empresa prestadora de serviço terceirizado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;</p> <p>A equipe registra que as atividades a serem executadas estão descritas nas listas de atividades contidas no apêndice "A" do TR (SEI 19189927), de modo que a execução do futuro contrato, deverá ser conduzida pelo que está ali descrito.</p> <p>V - reembolsar despesas com transporte, hospedagem e outros custos operacionais, que devem ser de exclusiva responsabilidade da contratada;</p>

A equipe informa que no valor a ser apresentado na proposta devem conter todas as despesas, de quaisquer naturezas, bem como os custos operacionais, conforme apêndice "B" do TR (SEI 19189927). Desta feita, não é admitido o pleito de reembolso de eventuais despesas não abrangidas pela descrição dos serviços discriminados no apêndice "A" do TR (SEI 19189927).

VI - prever em edital exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado;

VII - prever em edital exigência que os fornecedores apresentem, em seus quadros, funcionários capacitados ou certificados para o fornecimento da solução, antes da contratação;

A respeito dos incisos VI e VII, a equipe esclarece que não é atribuição da equipe de planejamento a elaboração do edital de licitação, pois constitui-se como fase posterior à fase de planejamento. Por tal motivo, a equipe sugere que o assunto receba o tratamento necessário pela SUDEG/COLIC.

VIII - adotar a métrica homem-hora ou equivalente para aferição de esforço, salvo mediante justificativa e sempre vinculada à entrega de produtos de acordo com prazos e qualidade previamente definidos;

IX - contratar por postos de trabalho alocados, salvo os casos justificados mediante a comprovação obrigatória de resultados compatíveis com o posto previamente definido;

Quanto aos incisos VIII e IX, a equipe esclarece que são dois os serviços agregados à solução contratada, sendo um, de operação assistida, e outro, técnicos especializados em resposta a incidentes de segurança. Ambos os serviços, por ser tratarem de suporte à solução contratada, não é estabelecida a métrica homem-hora ou equivalente, tampouco, postos de trabalho, conforme regula o apêndice "A" do TR (SEI 19189927) e o próprio TR (SEI 20459073) em seu item 1.1.

X - fazer referências, em edital ou em contrato, a regras externas de fabricantes, fornecedores ou prestadores de serviços que possam acarretar na alteração unilateral do contrato por parte da contratada;

A equipe esclarece que não é atribuição da equipe de planejamento a elaboração do edital de licitação e contrato administrativo, por constituírem-se como fases posteriores à fase de planejamento. Por tal motivo, a equipe sugere que o assunto receba o tratamento necessário pela SUDEG/COLIC. Todavia, cabe esclarecer que as especificações mínimas relativas à solução a ser contratada estão previstas no apêndice "A" do TR (SEI 19189927), o qual não possui qualquer menção à possibilidade do estabelecimento de regras externas de fabricantes para a contratação.

	<p>XI - nas licitações do tipo técnica e preço, incluir critérios de pontuação técnica que não estejam diretamente relacionados com os requisitos da solução de TIC a ser contratada ou que frustrem o caráter competitivo do certame;</p> <p>A equipe registra que à essa contratação não se aplica o tipo técnica e preço.</p> <p>XII - aceitar autodeclarações de exclusividade, ou seja, cartas ou declarações emitidas pela empresa proponente afirmando que seu próprio produto é exclusivo no mercado;</p> <p>A equipe de planejamento informa que os requisitos de habilitação estão previstos no item 9 do TR (SEI 20459073), o qual não exige qualquer autodeclaração de exclusividade. Neste cerne, o apêndice "A" do TR (SEI 19189927) menciona explicitamente que as soluções que compõe a futura contratação podem ser fornecidas por fabricantes distintos.</p> <p>XIII - definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos.</p> <p>A equipe esclarece que os itens acerca do pagamento contidos no TR (SEI 20459073) foram elaborados a partir do modelo da SGD, e não preveem forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos.</p>
<p>53. Ademais, deve a Administração, por força do art. 8º, § 2º, da IN SGD/ME nº 94, de 2022, observar as normas específicas para contratação dos objetos descritos no Anexo da mesma IN, quais sejam, licenciamento de software e serviços agregados; solução de autenticação para serviços públicos digitais; serviços de desenvolvimento, sustentação e manutenção de software; infraestrutura de centro de dados, serviços em nuvem, sala-cofre e sala segura; serviços de desenvolvimento, sustentação e manutenção de portais na internet e aquisições de ativos de tecnologia da informação e comunicação.</p> <p>54. Recomenda-se, pois, que a Administração certifique expressamente se o objeto da pretendida contratação se enquadra em algum desses conceitos e, em caso positivo, ateste expressamente o atendimento das condições específicas ali disciplinadas.</p>	<p>A equipe de planejamento informa que a pretendida contratação se enquadra nos conceitos relacionados a aquisição de Ativos de Tecnologia da Informação e Comunicação bem como materiais e equipamentos de TIC e que foram observados os regramentos contidos na IN SGD/ME nº 94/2022.</p>
<p>55. Além disso, deve ser destacado que, quando o objeto tratar de contratação de serviços de operação de infraestrutura e atendimento a usuários de Tecnologia da Informação e Comunicação, deve ser integralmente observada a Portaria SGD/MGI nº 1.070, de 1º de junho de 2023, a qual traça modelo específico de contratação para o referido objeto. Considerando que a referida Portaria disciplina aspectos eminentemente técnicos, de competência da Administração, recomenda-se que seja certificado, pela área competente, o atendimento integral a seus comandos.</p>	<p>A equipe de planejamento esclarece que constitui objeto da contratação, o fornecimento de solução integrada para proteção de usuários e visibilidade da superfície estendida de ataques, com resolução contínua de vulnerabilidades e priorização e correlação dos eventos de segurança, visando prover à Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT o aumento da segurança cibernética, seguindo as orientações gerais do Governo Federal. A contratação foi dividida em dois grupos, com o objetivo de ampliar a competitividade do certame, da seguinte forma:</p>

56. Referido modelo é de utilização obrigatória e deve ser adaptado às características do órgão ou entidade. De forma excepcional, admite-se a utilização de outros modelos para a contratação de serviços técnicos especializados de operação de infraestrutura e atendimento a usuários de TIC, desde que solicitado via ofício e obtida a autorização prévia da Secretaria de Governo Digital (art. 3º, parágrafo único).

58. Sendo o caso de um dos serviços enumerados na Portaria, deverá a área técnica certificar se foi observado o modelo normatizado ou se será necessário realizar adaptações nos documentos de planejamento da contratação para o fiel cumprimento da norma ou se será necessário pedir autorização da SGD para contratação em formato distinto.

59. Quando o objeto for a Contratação de Serviços de Desenvolvimento, Manutenção e Sustentação de Software, por sua vez, deve ser integralmente observada a Portaria SGD/MGI nº 750, de 20 de março de 2023, a qual traça modelo específico de contratação para o referido objeto. Considerando que a referida Portaria disciplina aspectos eminentemente técnicos, de competência da Administração, recomenda-se que seja certificado, pela área competente, o atendimento integral a seus comandos.

62. Sendo o caso de um dos serviços especificados na Portaria, deverá a área técnica certificar se foi observado o modelo normatizado ou se será necessário realizar adaptações nos documentos de planejamento da contratação para o fiel cumprimento da norma ou se será necessário pedir autorização da SGD para contratação em formato distinto.

63. Quando o objeto for a Contratação de Serviços de Outsourcing, por seu turno, deve ser integralmente observada a Portaria SGD/MGI nº 370, de 08 de março de 2023, a qual traz modelo específico de contratação para o referido objeto. Considerando que a referida Portaria disciplina aspectos eminentemente técnicos, de competência da Administração, recomenda-se que seja certificado, pela área competente, o atendimento integral a seus comandos.

65. Sendo o caso de um dos serviços enunciados na Portaria, deverá a área técnica certificar se foi observado o modelo normatizado ou se será necessário realizar adaptações nos documentos de planejamento da contratação para o fiel cumprimento da norma ou se será necessário pedir autorização da SGD para contratação em formato distinto.

- Grupo 1: irá incluir o contexto de proteção aos usuários remotos e controle de nuvem.
- Grupo 2: irá incluir as proteções inerentes ao datacenter como um todo, criando o framework de unificação de detecção e resposta de segurança, assim como descoberta de vulnerabilidades e proteção do serviço de correio eletrônico.

Considerando que em cada um dos grupos possui um serviço de suporte atrelado ao fornecimento da solução, sem a discriminação de perfis de profissionais, a condução do processo foi balizada pela Instrução Normativa n. 94/2021 e todos os artefatos e documentos elaborados com base nos modelos e *templates* publicado pela SGD/MGI, no endereço: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes/templates-e-listas-de-verificacao>

A equipe de planejamento entende que as recomendações 59 e 62 não se aplicam à contratação em questão, por não se enquadrar como contratação de serviços de desenvolvimento, manutenção e sustentação de software, prevista na Portaria SGD/MGI nº 750, de 20 de março de 2023.

A equipe de planejamento entende que as recomendações 63 e 65 não se aplicam à contratação em questão, por não se enquadrar como contratação de serviço de serviços de Outsourcing de impressão, prevista na Portaria SGD/MGI nº 370, de 08 de março de 2023.

<p>66. Quando o objeto for de contratação e gestão de estações de trabalho , por sua vez, deve ser integralmente observada a Portaria SGD/MGI nº 2.715, de 21 de junho de 2023, a qual traça modelo específico de contratação para o referido objeto. Considerando que a referida Portaria disciplina aspectos eminentemente técnicos, de competência da Administração, recomenda-se que seja certificado, pela área competente, o atendimento integral a seus comandos.</p> <p>70. Sendo o caso de um dos serviços previstos na Portaria, deverá a área técnica certificar se foi observado o modelo normatizado ou se será necessário realizar adaptações nos documentos de planejamento da contratação para o fiel cumprimento da norma ou se será necessário pedir autorização da SGD para contratação em formato distinto.</p>	<p>A equipe de planejamento entende que as recomendações 66 e 70 não se aplicam à contratação em questão, por não se enquadrar como contratação regulada pela Portaria SGD/MGI nº 2.715, de 21 de junho de 2023, acerca do modelo de contratação e gestão de estações de trabalho.</p>
<p>74. Deverá ser atestado nos autos, ainda, que a presente contratação está contemplada no Plano de Contratações Anual da entidade e alinhada com o Plano Diretor de Logística Sustentável, além de outros instrumentos de planejamento da Administração (Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, art. 7º da IN SEGES/ME nº 81, de 25 de novembro de 2022 e Portaria SEGES/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021).</p>	<p>Em atendimento ao recomendado no item 74, a equipe de planejamento atesta que a contratação em questão encontra-se aprovada no Plano de Contratações Anual - PCA 2023 e registrado nos itens II.32 - Serviços especializados de análise gestão e tratamento de vulnerabilidades em aplicações web a ativos de infraestrutura, II.33 - Solução de gerenciamento e correlação de eventos e logs e II.38 - Serviços de monitoramento e ataques cibernéticos, da Deliberação nº 293, de 4 de setembro de 2022. A contratação está alinhada ao Plano de Logística Sustentável da ANTT no item relativo ao Plano de Ação de Compras e Contratações Sustentáveis, aprovado pela Portaria DG nº 422, de 26 de julho de 2022, em consonância ao que prevê a Instrução Normativa nº 10/2012, conforme disposto no item 4.7 do TR (SEI 20459073).</p>
<p>75. Por fim, deve manifestar-se sobre a essencialidade e o interesse público da contratação , para os fins do previsto no art. 3º do Decreto nº 8.540, de 9 de outubro de 2015.</p>	<p>A equipe de planejamento esclarece que a essencialidade do objeto e o relevante interesse público da contratação estão fundamentados na descrição da necessidade constante no item 2 do ETP (SEI 20488157).</p>
<p>76. Neste ponto, para que seja comprovada a adequação da modalidade escolhida para o processamento da licitação, deverá a Administração declarar expressamente nos autos que o objeto pode ser considerado como bem(ns) ou serviço(s) comum(ns), atendendo aos requisitos do art. 6º, XIII, e art. 29 da Lei nº 14.133, de 2021, c/c Orientação Normativa AGU nº 54/2014, e art. 25, parágrafo único, da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022. Se esse for o caso, somente será possível licitar o presente objeto sob o tipo menor preço ou maior desconto (art. 6º, XLI, da Lei nº 14.133, de 2021).</p> <p>77. O Sistema de Registro de Preços – SRP – poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial (art. 3º do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023): I – quando, pelas características do objeto, houver</p>	<p>Em atendimento às recomendação 76, 77 e 78, a equipe esclarece que a modalidade será Pregão Eletrônico, por meio do Sistema de Registro de Preços com a seleção da proposta de menor preço por grupo, conforme justificativa constante no item 9.1 do TR (SEI 20459073). Acerca do objeto da contratação, a equipe registra que os serviços são de natureza comum, e essa informação consta no item 1.2 do TR (SEI 20459073).</p>

necessidade de contratações permanentes ou frequentes; II – quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa; III – quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas; IV – quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou V – quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

78. Quando for o caso, assim sendo, tal motivação deverá ser devidamente registrada no processo (as razões de fato e o pertinente enquadramento normativo).

79. Nos termos do art. 86 da Lei nº 14.133, de 2021, e art. 9º do Decreto nº 11.462, de 2023, a adoção do Sistema de Registro de Preços pressupõe, como regra geral, a divulgação da intenção de registro de preços perante possíveis órgãos participantes.

80. Será dispensável esta divulgação quando o órgão ou a entidade gerenciadora for o único contratante (art. 86, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021, e art. 9º, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023).

81. Quando se tratar de registro de preços com indicação limitada a unidades de contratação, sem indicação do total a ser adquirido, nas hipóteses do art. 4º do Decreto nº 11.462, de 2023, é vedada a participação de outro órgão ou entidade na ata (art. 82, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021 e art. 4º, parágrafo único, do Decreto nº 11.462, de 2023).

83. Recomenda-se que o planejamento da contratação seja realizado em conformidade com as diretrizes constantes do referido instrumento, que se encontra disponível em: <https://www.gov.br/agu/pt-br/comunicacao/noticias/instrumento-de-padronizacao-dos-procedimentos.pdf>

85. Oportuno registrar que apesar de o documento não abordar as especificidades das contratações de serviços de tecnologia, informação e comunicação é recomendável a observância da legislação específica, adotando o IPP de forma subsidiária.

A equipe de planejamento informa que a divulgação será dispensável, pois o órgão ou a entidade gerenciadora será o único contratante, conforme autoriza o Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, seu art. 9º, §2º, e registrado nos itens 5.3.5, 5.3.6. e 5.4. do TR (SEI 20459073). Ademais, não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente dessa licitação, conforme item 5.4.1 do TR (SEI 20459073).

Em atendimento ao §2º do art. 8º da IN SGD/ME nº 94/2022, a equipe de planejamento esclarece que todos os artefatos e documentos foram elaborados com base nos modelos e *templates* publicados pela SGD/MGI no endereço: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes/templates-e-listas-de-verificacao>

Nesse sentido e em atendimento às recomendações 83 e 85, a equipe acrescenta que os modelos utilizados na fase de planejamento estão de acordo com o IPP publicado pela AGU.

A AGU publica modelos específicos para contratações de serviços de tecnologia, informação e comunicação, em alinhamento aos modelos publicados pela SGD/MGI, no endereço: <https://www.gov.br/agu/pt-br>

	<p>br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/14133/modelos-da-lei-14-133-21-para-bens-e-servicos-de-tic</p> <p>Desta feita, os modelos utilizados nesta contratação estão de acordo com o IPP publicado pela AGU.</p>
<p>96. Deve ainda ser expressamente certificado pela Administração o respeito ao art. 9º, § 6º, da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, o qual prevê que "caso a solução escolhida, resultante do Estudo Técnico Preliminar, contenha item presente nos Catálogos de Soluções de TIC com Condições Padronizadas publicados pelo Órgão Central do SISP no âmbito do processo de gestão estratégica das contratações de soluções baseadas em uso disseminado previsto no § 2º do art. 43 da Lei nº 14.133, de 2022, os documentos de planejamento da contratação deverão utilizar todos os elementos constantes no respectivo Catálogo, tais como: especificações técnicas, níveis de serviços, códigos de catalogação, PMC-TIC, entre outros".</p>	<p>A equipe informa que a solução escolhida não consta dentre os itens no Catálogo de Soluções de TIC, conforme registra o item 1.8 do TR (SEI 20459073).</p>
<p>97. Além disso, "nas contratações de TI em que houver risco de dependência em relação a determinada solução tecnológica, o estudo técnico preliminar da contratação deve incluir estudo de viabilidade acerca da continuidade ou substituição da solução em uso, com a divulgação de seus resultados", como determina o Acórdão 1685/2023 Plenário do TCU, que reforça as disposições do item 1.4 do Anexo I da IN SGD/ME nº 94, de 2022.</p>	<p>Acerca da recomendação 97, a equipe informa que o estudo de viabilidade acerca da continuidade ou substituição da solução em uso consta descrita e justificada nos itens 8 e 9 do ETP (SEI 20488157).</p>
<p>98. Assim sendo, os Estudos Preliminares devem conter, em geral, os elementos exigidos pela IN SGD/ME nº 94, de 2022, com a respectiva fundamentação, e a aprovação da autoridade competente, como exigem os §§ 2º e 3º do art. 11.</p>	<p>Em atendimento à recomendação 98, a equipe de planejamento registra que o ETP (SEI 20488157) contempla os elementos compreendidos no art. 11 da IN SGD/ME nº 94/2022.</p>
<p>99. Além disso, o art. 34 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, determina que o Estudo Técnico Preliminar e o Termo de Referência sejam publicados em sítios eletrônicos de fácil acesso, até a data da publicação do edital de licitação.</p>	<p>A equipe de planejamento, em resposta à recomendação 99, esclarece que as licitações da ANTT são publicadas no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço https://www.gov.br/compras/pt-br, além de serem divulgadas no Portal da ANTT no endereço https://portal.antt.gov.br/web/guest/licitacoes.</p>

<p>101. O Gerenciamento de Risco se materializa pelo denominado “Mapa de Riscos” e deverá ser confeccionado no módulo de Gestão de Riscos Digital, consoante o item 5.2. do Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação: Advocacia-Geral da União: Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, 2023, disponível em https://www.gov.br/agu/pt-br/comunicacao/noticias/saiba-como-guia-elaborado-pela-agu-e-peloministerio-da-gestao-facilitara-contratacoes-publicas-em-todo-o-pais.</p>	<p>A equipe de planejamento registra que foi elaborado o Mapa de Riscos nº 15/2023, no Módulo de Gestão de Riscos Digital e anexado ao processo (SEI 20429273)</p>
<p>110. Portanto deve constar dos autos o termo de referência firmado pela Equipe de Planejamento da Contratação e pela Autoridade máxima da área de TIC, assim como a aprovação pela Autoridade administrativa competente na entidade, em atenção ao § 6º do art. 12 da IN SGD/ME nº 94, de 2022.</p>	<p>Em relação ao item 110, a equipe de planejamento informa que o TR (SEI 20459073) foi firmado pela equipe e pela autoridade máxima da área de TIC. No que pertine à aprovação do Termo de Referência, a equipe esclarece que isso é de responsabilidade da Superintendência de Gestão Administrativa - SUDEG, área competente da área administrativa, que fará em momento oportuno da instrução.</p>
<p>111. Em todo caso, recomenda-se, neste contexto, que a Administração certifique nos autos se as diretrizes estabelecidas no termo de referência são as adequadas ao atendimento do interesse público envolvido, se estão compatíveis com o estudo técnico preliminar da contratação, depois de sua atualização e, ainda, se o instrumento contém todos os elementos necessários para a caracterização da contratação, conforme disposição do art. 6º, XXIII, da Lei nº 14.133, de 2021, e do art. 12 da IN SGD/ME nº 94, de 2022.</p>	<p>A equipe de planejamento apresenta abaixo os esclarecimentos para cada um dos incisos do art. 12 da IN SGD/ME nº 94/2022 a respeito do TR (SEI 20459073) dessa contratação. A equipe registra que as diretrizes estabelecidas no TR são as adequadas ao atendimento do interesse público envolvido, destacando-se o registrado no item 1.5 do TR (SEI 20459073), estando o TR compatível e em harmonia com o ETP (SEI 20488157).</p> <p>I - definição do objeto da contratação, conforme art. 13;</p> <p>Acerca desse inciso, a equipe de planejamento esclarece que é vedado, conforme dispõe o item 1.1 do TR (SEI 20459073).</p> <p>II - código(s) do Catálogo de Materiais - Catmat ou do Catálogo de Serviços - Catser relacionado(s) a cada item da contratação, disponíveis no Portal de Compras do Governo federal;</p> <p>Consta no item 1.1 (tabela) do TR (SEI 20459073).</p> <p>III - descrição da solução de TIC, conforme art. 14;</p> <p>Previsto no item 1.1 do TR (SEI 20459073).</p> <p>IV - justificativa para contratação da solução, conforme art. 15;</p> <p>Está disposto no item 3 do TR (SEI 20459073).</p> <p>V - especificação dos requisitos da contratação, conforme art. 16;</p> <p>Consta no item 4 do TR (SEI 20459073).</p> <p>VI - definição das responsabilidades da contratante, da contratada e do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável, conforme art. 17;</p> <p>Está registrada no item 5 do TR (SEI 20459073).</p>

	<p>VII - Modelo de Execução e Gestão do Contrato, conforme arts. 18 e 19;</p> <p>Previsto nos itens 6 e 7 do TR (SEI 20459073).</p> <p>VIII - estimativas de preços da contratação, conforme art. 20;</p> <p>Previstas no item 10 do TR (SEI 20459073).</p> <p>IX - adequação orçamentária e cronograma físico-financeiro, conforme art. 21;</p> <p>Consta no item 11 do TR (SEI 20459073).</p> <p>X - regime de execução do contrato, conforme art. 22;</p> <p>Previsto no item 9.2 do TR (SEI 20459073).</p> <p>XI - critérios técnicos para seleção do fornecedor, conforme art. 23; e</p> <p>Disposto no item 9.1 do TR (SEI 20459073).</p> <p>XII - índice de correção monetária, quando for o caso, conforme art. 24.</p> <p>Consta no item 14 do TR (SEI 20459073).</p>
<p>112. Cumpre lembrar que é recomendável a utilização do modelo de termo de referência disponibilizado pela Advocacia-Geral da União e pela Secretaria do Governo Digital do MGI, a fim de garantir o conteúdo mínimo necessário, bem como a padronização e a celeridade na análise (art. 19, IV, da Lei nº 14.133, de 2021 e art. 8º, §2º da IN SGD/ME nº 94, de 2022).</p> <p>113. Recomenda-se, ainda, que as alterações realizadas no modelo padronizado de termo de referência sejam destacadas visualmente e justificadas por escrito no processo (art. 19, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021).</p> <p>114. Deve ser juntada ao feito, assim sendo, declaração da área técnica informando sobre a adoção, na espécie, do modelo de minuta padronizada de termo de referência disponibilizado pela SGD/MGI.</p>	<p>Quanto a utilização do modelo disponibilizado pela Secretaria de Governo Digital – SGD, e em atendimento às recomendações dos itens 112, 113 e 114, a equipe informa que o modelo utilizado na contratação é o modelo de solução de TIC da SGD, com as adequações necessárias ao objeto a ser contratado atendendo de forma satisfatória os regramentos que orientam as contratações de tecnologia da informação.</p> <p>A equipe informa ainda que o Termo de Referência utilizado no processo em análise (SEI 20459073) é o disponibilizado pela SGD/ME, no site https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes/templates-e-listas-de-verificacao, para contratações de soluções de TIC, sem alterações de itens, conforme registrado na NOTA TÉCNICA SEI Nº 6643/2023/GETIC/SUTEC/DIR/ANTT, no item 11.1 (SEI 19193329), entretanto, com as adequações necessárias ao objeto a ser contratado, bem como a inclusão dos seguintes itens no Termo de Referência (SEI 20459073):</p> <p>Item 13. Da Vigência da Ata de Registro de Preços (SEI 20459073); e</p> <p>Item 14. Do Reajuste de Preços (SEI 20459073).</p>
<p>115. A não utilização do catálogo eletrônico de padronização é situação excepcional, devendo ser justificada por escrito e anexada ao respectivo processo de contratação (art. 6º, LI, c/c art. 19, II, § 2º, da Lei nº 14.133, de</p>	<p>A equipe informa que a solução escolhida e que atende à necessidade de contratação não consta dentre os itens no Catálogo de Soluções de TIC, conforme registra o item 1.8 do TR (SEI 20459073).</p>

2021, c/c art. 10, parágrafo único, da Portaria Seges/ME nº 938, de 2 de fevereiro de 2022).

116. Sem embargo disso, e apesar de se tratar de documento extremamente técnico, cuja avaliação cabe, em última instância, à própria Administração, recorde-se a necessidade de atendimento adicional às recomendações abaixo, a saber:

- I - em se tratando de registro de preços com indicação limitada a unidades de contratação, sem indicação do total a ser adquirido, nas hipóteses do art. 4º, do Decreto nº 11.462, de 2023 (item XX do termo de referência), é obrigatória a indicação do valor máximo da despesa (art. 82, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021 e art. 4º, parágrafo único, do Decreto nº 11.462, de 2023).
- II - no caso de serviço continuado, a respeito da possibilidade de fixação da vigência em cinco anos, o art. 106 da Lei n. 14.133, de 2021, estabelece as seguintes diretrizes, que devem ser observadas pelo gestor:

I - a autoridade competente do órgão ou entidade contratante deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual;

II - a Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;

III - a Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

- III - recomenda-se que a Administração analise se as exigências de qualificação técnica/econômico-financeira guardam compatibilidade e proporcionalidade com as peculiaridades do objeto contratual a ser executado, aferidas por meio da análise da complexidade do objeto, da essencialidade do serviço e dos riscos decorrentes de sua paralisação em função da eventual incapacidade econômica/técnica da contratada em suportar as obrigações contratuais (art. 37, XXI, da Constituição Federal e art. 70, III, da Lei nº 14.133, de 2021). Alerta-se que exigências de qualificação técnica/econômico-financeira excessivas vêm sendo reputadas como ilícitas pelos órgãos de controle, pois tendem a restringir a competitividade. Desse modo, sugere-se que seja detidamente avaliado e motivado este aspecto;
- IV - a exigência de atestados deve ser restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento)

A equipe de planejamento da contratação informa, em atendimento à recomendação 116, que:

I - Para a contratação foi estabelecido o Sistema de Registro de Preços, conforme registrado no item 1.1 (tabela) do TR (SEI 20459073), com a indicação dos quantitativos máximos, o valor unitário de cada item e o valor global da contratação.

II - Foi adotada a vigência de 12 (doze) meses para o contrato, conforme item 12, e da ata de registro de preços, conforme os itens 1.4 e 13, todos do TR (SEI 20459073). Ressalta ainda que o contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação, em atendimento às diretrizes do art. 106 da Lei nº 14.133/2021.

III - Os critérios de qualificação econômico-financeira e qualificação técnica exigidos constam nos itens 9.4.4 e 9.4.5, respectivamente, do TR (SEI 20459073), e guardam compatibilidade e proporcionalidade com as peculiaridades do objeto contratual a ser executado;

IV - A habilitação técnica exige atestados que comprovem a aptidão para os fornecimentos de bens e serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, conforme os itens 9.4.5.1 a 9.4.5.15 do TR (SEI 20459073).

V - A exigência de atestado que comprove aptidão mínima de 50% do quantitativo de licenças está previsto no subitem I do item 9.4.5.2 do TR (SEI 20459073).

VI - Os atestados de capacidade técnica, a serem utilizados para comprovação do fornecimento do objeto, deverão referir-se a um período mínimo de 12 (doze) meses, conforme registrado no no subitens II e III do item 9.4.5.2 do TR (SEI 20459073).

VII, VIII, IX, X - A equipe registra que as exigências de habilitação foram elaboradas em consonância com os arts. 62 a 69 da Lei nº 14.133/2021, bem como os acórdão do TCU acerca do tema.

XI - A equipe atesta que os artefatos ETP (SEI 20488157) e TR (SEI 20459073) estão harmônicos e compatíveis ente si.

XII - O objeto da contratação é essencial para garantir a continuidade dos negócios e da prestação de serviços à sociedade pela ANTT, objetivando a atualização de versões e serviços correlatos, garantindo o aumento da segurança em acessos remotos e no ambiente computacional, de forma a contribuir para a proteção dos dados e a agilidade

do valor total estimado da contratação (art. 67, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021);

- V - será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados (art. 67, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- VI - em se tratando de serviços contínuos, o edital poderá exigir certidão ou atestado que demonstre que o licitante tenha executado serviços similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo, que não poderá ser superior a 3 (três) anos (art. 67, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021). O prazo de exigência de experiência mínima deve ser justificado no estudo técnico preliminar e compatível com o objeto e prazo da presente contratação, não podendo ser superior a 3 (três) anos. Deve a Administração considerar a experiência pretérita do órgão contratante, que indique ser tal lapso indispensável para assegurar prestação do serviço em conformidade com as necessidades específicas do órgão, por força da sua essencialidade, quantitativo, risco, complexidade ou qualquer outra particularidade. Convém, também, que o órgão contratante sopesse os reflexos da restrição no desenvolvimento do setor do serviço pretendido;
- VII - a exigência de habilitação em desacordo com os arts. 62 a 69 da Lei nº 14.133, de 2021 deve ser considerada indevida; com relação à capacidade técnico-profissional, esclarece-se que a jurisprudência do TCU entende ser indevida a exigência de vínculo empregatício, para fins de comprovação da responsabilidade técnica pelo acompanhamento do serviço (capacidade técnico-profissional);
- VIII - de acordo com o TCU, a exigência de comprovação de capacidade técnico-profissional deve estar adstrita à experiência na execução prévia de quantitativos dos itens de maior relevância e valor significativo da obra ou serviço do certame (Acórdão nº 1.229/2008-Plenário, Acórdão nº 2.303/2015 - Plenário). Pelo exposto, adverte-se que a Administração deverá limitar as exigências de capacidade técnico-profissional aos itens de maior relevância e valor significativo da planilha (art. 67, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133, de 2021) (E/OU justificar as parcelas de maior relevância e valor significativo definidas no termo de referência, para os fins do art. 67, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- IX - suprimir o tempo mínimo de experiência exigido para fins de comprovação da capacidade técnico-profissional, pois, de acordo com o TCU, "É ilegal a exigência de comprovação, para fim de qualificação técnico-profissional, de tempo de experiência ou de exercício em função dos profissionais a serem disponibilizados pela licitante para a execução do objeto, porquanto o rol de exigências de habilitação previsto na Lei

dos serviços prestados no ambiente tecnológico da Agência. Portanto, a contratação não se enquadra como bem de luxo, diante da necessidade registrada no ETP (SEI 20488157).

XIII e XIV - Não se aplica à contratação, pois não há indicação de marca, conforme ETP (SEI 20488157), TR (SEI 20459073) e apêndice "A" do TR (SEI 19189927).

8.666/1993 é taxativo" (Enunciado da Jurisprudência Seleccionada, cf. Acórdão nº 134/2017 - Plenário);

- X - Acerca das exigências de qualificação técnica, recomenda-se considerar os seguintes acórdãos prolatados pelo Plenário do Tribunal de Contas da União: Acórdão 2816/2021, Acórdão 2443/2021, Acórdão 1095/2018, Acórdão 891/2018, Acórdão 134/2017, Acórdão 2066/2016, Acórdão 2769/2014 e Acórdão 2914/2013.
- XI - compatibilizar o conteúdo dos estudos preliminares com o termo de referência revisado, se for o caso, à luz das orientações deste parecer, de modo que não existam contradições entre os documentos;
- XII - quando for o caso de compra de bens de TIC, deve constar dos autos certificação de que o bem não se enquadra como bem de luxo, conforme requisito constante na lista de verificação. Nessa senda, deve o gestor atentar para a vedação de aquisição de bem de luxo disposta no art. 20, da Lei nº 14.133, de 2021. Considera-se bem de luxo o bem de consumo de alta elasticidade-renda da demanda, tendo características tais como: ostentação, opulência, forte apelo estético ou requinte (art. 2º, do Decreto 10.818, de 27 de setembro de 2021). Os itens de consumo deverão ser de qualidade comum, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam, vedada a aquisição de artigos de luxo. Cabe à unidade de contratação do órgão ou entidade observar a classificação de bens e a vedação prevista nos arts. 3º e 5º do Decreto 10.818, de 2021, bem como identificar os bens de consumo de luxo no plano de contratações anual (art. 6º, do Decreto nº 10.818, de 2021), o que demanda atenção na instrução processual, de forma que conste no processo certificação de que o bem não se enquadra como bem de luxo, ajustes, quando for o caso, no termo de referência para supressão ou substituição dos bens demandados ou, em sendo o caso, justificativa nos autos e a adoção das providências contidas nos art. 4º e 6º do Decreto nº 10.818, de 2021.
- XIII - quando se tratar de aquisição, justificar a indicação de(as) marca(s) na(s) especificação(ões) do(s) bem(ns) do certame, de modo a demonstrar sua necessidade, nos termos do art. 41, I, da Lei nº 14.133, de 2021 c/c Súmula 270 do TCU: "Em licitações referentes a compras, inclusive de softwares, é possível a indicação de marca, desde que seja estritamente necessária para atender exigências de padronização e que haja prévia justificação").
- XIV - Pelo exposto, para que as descrições dos itens possam conter a indicação das marcas, torna-se necessária a devida justificativa técnica. Caso contrário, deverá a Administração excluir a(s) referida(s) indicação(ões) ou rever a(s) descrição(ões), inserindo expressões como "equivalente ou similar".

117. A possibilidade de exigência de amostra, exame de conformidade e prova de conceito tem previsão no art. 17, § 3º, art. 41, II e art. 42, § 2º, todos da Lei nº 14.133, de 2021, no art. 12, § 1º, da IN SGD/MGI nº 94, de 2022, e no art. 29, § 1º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 2022. A justificativa para a exigência, quando for o caso, deve constar do ETP, devendo o TR disciplinar a forma como essa etapa ocorrerá, bem como os critérios objetivos a serem adotados para a avaliação.

118. A exigência de prova de conceito, amostra, protótipo, testes e outras formas de avaliação de conformidade do objeto é excepcional. Eventual exigência nesse sentido deve ser ponderada pela Administração à luz do caso concreto, mediante justificativa. O insucesso em contratações pretéritas pode justificar essa previsão. Há itens de baixa qualidade que simplesmente não funcionam como deveriam, embora possuam descrição técnica semelhante à de objetos de boa qualidade. O julgamento pelo menor preço pode atrair o fornecimento de bens de pouca qualidade, devendo a Administração adotar cautelas para não adquirir material imprestável e, mais importante, evitar repetidamente contratar nessas condições.

119. Quanto à exigência de amostras, o TCU firmou as orientações a seguir (a serem observadas no edital/termo de referência, quando aquelas forem previstas):

a) exigir amostras apenas do licitante melhor classificado em prazo reputado pela Administração Pública como razoável (Acórdãos TCU nº 538/2015 - Plenário e nº 2.796/2013 - Plenário);

b) detalhar as regras para avaliação objetiva das amostras (Acórdão TCU nº 1.491/2016 - Plenário);

c) prever, expressamente, penalidade para a hipótese de não apresentação das amostras exigidas dentro do prazo estipulado pelo certame (Acórdão TCU nº 299/2011 - Plenário).

A equipe de planejamento, em atendimento à recomendação 117, esclarece que a exigência de amostra, exame de conformidade ou prova de conceito não se aplicam à contratação em questão, em razão de sua natureza da contratação e pelo fato de que os conceitos da solução já são amplamente consolidados pelo Gartner e outras grandes empresas de consultoria, pesquisas e prospecções que envolvem o mercado de TI. O ETP (SEI 20488157) prevê no subitem 2.1.1. que se trata de: *"contratação de empresa especializada para o fornecimento de solução integrada para proteção de usuários e visibilidade da superfície estendida de ataques, com resolução contínua de vulnerabilidades e priorização e correlação dos eventos de segurança, visando prover à Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT o aumento da segurança cibernética, seguindo as orientações gerais do Governo Federal."*

120. A necessidade da contratação foi objeto de disciplina no art. 15 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, que prevê que a justificativa para contratação deverá conter, pelo menos: I - alinhamento da solução de TIC com os instrumentos de planejamento elencados no art. 6º; II - relação entre a necessidade da contratação da solução de TIC e os respectivos volumes e características do objeto; III - a forma de cálculo utilizada para a definição do quantitativo de bens e serviços que compõem a solução; IV - os resultados e benefícios a serem alcançados com a contratação; e V - a motivação para permitir adesões

Atendendo aos itens 120 a 122, a equipe de planejamento esclarece que a necessidade de contratação está descrita no DFD (SEI 17680101), no ETP (SEI 20488157), e no TR (SEI 20459073), destacando, ainda que: I) a solução de TIC, objeto dessa contratação, está alinhada ao PDTIC 2021-2024 e ao PCA 2023; II) a necessidade de contratação, volume e características do objeto constam no ETP (SEI 20488157), a exemplo dos subitens 2.1.3, 2.1.6, 4.1, 4.2, 5.1, 5.13, 5.14, 5.15 e 5.16 d; III) o cálculo do quantitativo a ser contratado está disposto no item 2 do ETP (SEI 20488157); IV) os resultados e benefícios a serem alcançados com a contratação estão descritos no item 16 do ETP (SEI 20488157) e 3.11 do TR (SEI 20459073).

por parte de órgãos ou entidades não participantes, nos casos de formação de Ata de Registro de Preços passível de adesões.

121. A justificativa deve ser clara, precisa e suficiente, sendo vedadas justificativas genéricas, incapazes de demonstrar as reais necessidades da contratação. A necessidade da contratação precisa ser bem motivada e estimados os quantitativos de serviço a partir de método amparado por documentos juntados aos autos.

122. Como se sabe, a **justificativa da necessidade da contratação** constitui questão de ordem técnica e administrativa, razão pela qual, a teor do Enunciado nº 07 do BPC/AGU, não deve esta Procuradoria se pronunciar conclusivamente acerca do mérito (oportunidade e conveniência) da motivação apresentada e das opções feitas pelo administrador.

123. Observe-se, ainda, que são vedadas especificações do objeto que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou sua realização (art. 9º, da Lei nº 14.133, de 2021, e art. 13 da IN SGD/ME nº 94, de 2022). Portanto, o gestor deverá tomar as devidas cautelas para assegurar que as especificações correspondam àquelas essenciais à contratação, sem as quais não poderão ser atendidas as necessidades da Administração.

124. Acerca da especificação do objeto da pretendida contratação, o art. 16 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, traz minuciosa disciplina a respeito, a qual deve ser integralmente observada pela Administração. Recomenda-se que a Administração certifique expressamente que **as especificações técnicas previstas no Termo de Referência atendem às premissas acima contidas no referido art. 16, inclusive em relação ao item 7 e subitens do Anexo da IN**, que disciplina questões específicas acerca de requisitos e obrigações quanto à segurança da informação e privacidade.

125. Se for o caso de serviço de operação de infraestrutura e atendimento a usuários de TIC, a Portaria SGD/MGI nº 1.070, de 2023, por sua vez, no item 10 do Anexo I, trata das formas de quantificação e estimativa prévia do volume de serviços, registrando que o "dimensionamento das necessidades é uma etapa fundamental a ser executada durante a construção do Estudo Técnico Preliminar. Para auxiliar essa atividade, a equipe de planejamento pode utilizar informações baseadas no levantamento de ambientes, histórico de chamados, análise de contratos anteriores, previsões constantes no plano

Em atendimento à recomendação registrada nos itens 123 e 124, a equipe de planejamento registra e certifica que as especificações técnicas e requisitos da contratação foram realizados nos moldes do art. 16 da Instrução Normativa nº 94/2022 e previstos no item 4 do TR (SEI 20459073), bem como os requisitos de segurança da informação e privacidade constante no item 7 do anexo da IN e registrados no subitem 4.15 do TR (SEI 20459073).

Em atenção à recomendação registrada nos itens 125 e 126, que trata do mapa de pesquisa salarial e da utilização do fator K único, a equipe de planejamento informa que a contratação da solução da plataforma integrada para proteção de usuários e visibilidade da superfície estendida de ataques, com resolução contínua de vulnerabilidades e priorização e correlação dos eventos de segurança demandam a necessidade de serviço de operação assistida (item 2) e em resposta a incidentes de segurança (item 7). Todavia, esses serviços constituem-se como itens acessórios à contratação principal, portanto, o objeto da contratação não demanda a alocação de recursos, mas tão somente garantir que as demandas específicas das ferramentas contratadas sejam instaladas e

anual de contratações, ou ainda, informações relacionadas ao padrão esperado de atividades do órgão”.

126. Desse modo, deve a Administração certificar ter observado as regras nela previstas para o planejamento da contratação, em especial em seu item 10.7.1 do mesmo anexo, ao anotar que " O dimensionamento do volume dos serviços consiste na identificação do quantitativo de profissionais por tipo de perfil que deverá ser utilizado como referência para estimativa do preço de referência da contratação", incluindo informações a respeito do mapa de pesquisa salarial e do fator-K Único.

executadas de forma a manter o ambiente operacional. Nesse sentido, a equipe de planejamento informa que foram utilizados os regramentos vigentes e específicos quanto à contratação em questão, a exemplo da Instrução Normativa n. 94/2021 e Instrução Normativa n. 65/2023.

127. Se for o caso de serviço de outsourcing, a Portaria SGD/MGI nº 370, de 2023, por sua vez, no item 6 do Anexo, trata das recomendações para o dimensionamento da quantidade de páginas impressas e equipamentos, em contratações de outsourcing de impressão, devendo a área técnica considerar, durante o planejamento da contratação, dentre outros elementos, o consumo mensal ou anual de impressões e cópias por ambiente/departamento, com base no histórico desse volume mensal ou anual conhecido, ou utilizando outras estratégias, como coleta mensal dos contadores dos equipamentos, levantamento de aquisições de insumos ou levantamento estimado do consumo de papel por equipamento. Desse modo, deve a Administração certificar ter observado estas regras.

A equipe de planejamento entende que a recomendação 127 não se aplica à contratação em questão, por não se tratar de contratação de serviço de outsourcing.

128. Se for a hipótese de serviço de desenvolvimento, manutenção e sustentação de software, a Portaria SGD/MGI nº 750, de 2023, por seu turno, trouxe diversas maneiras de dimensionar os vários aspectos desta contratação, no seu Anexo I, por isso, deve a Administração certificar ter observado essas regras, vejamos:

- item 5.2.3 - no caso de pontos de função, deve se pautar em bases históricas mantidas pelo órgão, dentre outros elementos;
- Item 5.3.3 - no caso de sprints, devem ser utilizados dados recentes relativos à quantidade de projetos dessa natureza já executados pelo órgão, dentre outros elementos;
- Item 5.4.3 - no caso de profissionais por tipo de perfil, deve considerar o histórico de quantitativo de pessoal dos contratos atual e anteriores e/ou o quantitativo de servidores que atuam nos serviços de desenvolvimento e sustentação de software, dentre outros elementos;
- Item 5.5.3 - no caso de software sustentados, deve levar em consideração o portfólio de softwares corporativos em produção, a

A equipe de planejamento entende que a recomendação 128 não se aplica à contratação em questão, por não se tratar de contratação de serviço de desenvolvimento, manutenção e sustentação de software.

<p>previsão de desativação de softwares e a estimativa de novos softwares a serem sustentados nos 60 meses após a contratação.</p>	
<p>129. Se for o caso de serviço de gestão de estações de trabalho, a Portaria SGD/MGI nº 2.715, de 2023, por sua vez, trouxe diversas maneiras de dimensionar os vários aspectos desta contratação, no seu Anexo I, por isso, deve a Administração certificar ter observado essas regras:</p> <ul style="list-style-type: none">a) Quantidade de servidores/funcionários ativos no órgão;b) Expectativa de crescimento com novas contratações de servidores/empregados, estagiários e terceirizados;c) Quantidade de equipamentos a serem substituídos considerando o fim da vida útil e a estratégia de infraestrutura computacional adotada pelo órgão;d) Necessidade de ampliação do parque tecnológico; ee) Redução da quantidade a ser adquirida em função da adoção de políticas de teletrabalho.	<p>A equipe de planejamento entende que a recomendação 129 não se aplica à contratação em questão, por não se tratar de contratação de serviço de gestão de estações de trabalho.</p>
<p>132. Diante disso, como condição preliminar à realização da licitação, cabe à Administração atestar nos autos, à luz dos dispositivos acima citados, a viabilidade jurídica de terceirização das atividades a serem licitadas e contratadas. Também é necessário que a Administração registre no processo que as atividades listadas no Termo de Referência estão contempladas na Portaria nº 443, de 27 de dezembro de 2018, editada pelo então Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, a qual elenca as atividades que devem ser preferencialmente terceirizadas.</p> <p>133. Adverte-se, ainda, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Portaria acima mencionada, que outras atividades que não estejam listadas no normativo indicado poderão ser passíveis de execução indireta, desde que atendidas as vedações constantes no Decreto n.º 9.507, de 2018.</p> <p>134. Em sendo assim, compete à Administração demonstrar que a contratação pretendida se encontra em consonância com as regras acima expostas.</p>	<p>Em atendimento à recomendação do item 132, a equipe de planejamento registra que os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, constituindo-se em serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios à área de competência legal da ANTT, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos, compreendendo serviços de tecnologia da informação e prestação de serviços de informação, conforme estabelecido pelo inciso XXIII, art. 1º, da Portaria nº 443, de 27 de dezembro de 2018, os quais são preferencialmente objeto de execução indireta, sendo essenciais para o atendimento das necessidades negociais da ANTT, conforme previsto no item 1.6 do TR (SEI 20459073).</p>
<p>135. Outro ponto relevante diz respeito ao parcelamento do objeto a ser contratado em licitações. Em havendo divisibilidade de natureza técnica e econômica, a regra geral é realizar a adjudicação por itens, tal qual previsto na Súmula TCU nº 247:</p>	<p>Em atendimento aos itens 135 a 144, a equipe de planejamento registra, com o objetivo de ampliar a competitividade do certame, decidiu pelo parcelamento do objeto, dividindo em dois grupos, sendo que o Grupo 1 inclui o contexto de proteção aos usuários remotos e controle de nuvem; e o Grupo 2 abrange as proteções inerentes ao datacenter como</p>

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

136. No caso de serviços, na aplicação do princípio do parcelamento, deverão ser considerados (art. 47, II, § 1º, Lei nº 14.133, de 2021):

I - a responsabilidade técnica;

II - o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens;

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

137. No caso de compras, na aplicação do princípio do parcelamento, deverão ser considerados (art. 40, V, alínea “b”, § 2º, Lei nº 14.133, de 2021):

I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes;

II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

138. Ademais, o parcelamento não será adotado quando (art. 40, V, alínea “b”, § 3º, Lei nº 14.133, de 2021):

I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;

II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;

III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo.

139. Convém registrar que eventual agrupamento de itens não pode se fundar na invocação geral de que há necessidade de integração entre os bens

um todo, criando o framework de unificação de detecção e resposta de segurança, assim como descoberta de vulnerabilidades e proteção do serviço de correio eletrônico.

A título de esclarecimento, os itens do **Grupo 1** são necessários para garantir a visibilidade e o controle do tráfego de dados locais e em aplicações em nuvem, além de proteger os dispositivos e instâncias corporativas contra *malwares* e *ransomware* que podem causar alto impacto na segurança da informação, com foco muito grande no usuário remoto. Já os itens do **Grupo 2** tem relação exclusiva com a proteção do datacenter e serviços tecnológicos hospedados pela ANTT, protegendo o serviço de correio eletrônico, descobrindo e corrigindo vulnerabilidades de segurança também através do correlacionamento de eventos de todos os ativos que utilizam a rede corporativa, conforme registrado no item 14.3 do ETP (SEI 20488157) e no item 3.10 do TR (SEI 20459073).

Ademais, oportuno esclarecer que os serviços serão prestados na sede da Agência, de modo a divisão em dois grupos não restringirá a competição.

Dessa forma, ficaram definidos os 2 (dois) grupos de forma a atender não somente as expectativas técnicas da contratação, como também aos aspectos econômicos, garantindo maior competitividade, e em harmonia com o previsto na IN SGD/ME nº 94/2022 e a Lei n. 14.133/2021.

a serem adquiridos, devendo a justificativa avançar para aspectos técnicos e fáticos que confirmem tal posição. Sobre esse ponto, vale destacar o entendimento do TCU sobre a justificativa administrativa para o agrupamento de itens, conforme Acórdão TCU nº 1972/2018-Plenário.

140. Sobre o tema, observe-se que, segundo o art. 12, § 2º, I, e § 3º, da IN SGD/ME nº 94, de 2022, a Equipe de Planejamento da Contratação avaliará a viabilidade de (...) *“realizar o parcelamento da solução de TIC a ser contratada, em tantos itens quanto se comprovarem tecnicamente viável e economicamente vantajoso, observado o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 40 e § 1º do art. 47 da Lei nº 14.133, de 2021, justificando-se a decisão de parcelamento ou não da solução”,* bem como a *“necessidade de licitações e contratações separadas para os itens que, devido a sua natureza, possam ser divididos em tantas parcelas quantas se comprovarem tecnicamente viável e economicamente vantajoso, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala, conforme disposto no § 2º do art. 40, e inciso II do art. 47, da Lei nº 14.133, de 2021”.*

141. Corroborando a necessidade do parcelamento do objeto, não é demais rememorar que o art. 3º, I, da IN SGD/ME nº 94, de 2022, veda expressamente a contratação de "mais de uma solução de TIC em um único contrato, devendo o órgão ou entidade observar o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 12".

142. Observe-se, por oportuno, que o mérito da justificativa sobre este tópico é questão que foge à análise jurídica desta Procuradoria, pois apenas a Administração Pública, usuária dos serviços em questão, é quem poderá aferir e justificar, diante da análise de mercado, a possibilidade, ou não, do parcelamento da contratação. Trata-se, assim, de matéria de caráter administrativo, estranha às atribuições desta unidade de consultoria, estando as declarações lançadas aos autos, quanto ao assunto, sob exclusiva responsabilidade de seus subscritores.

143. Relembre-se, ainda, que a inserção, em mesmo lote, de itens usualmente produzidos por empresas de ramos distintos restringe o caráter competitivo da licitação (cf. Informativo de Licitações e Contratos nº 148/2013 - TCU).

144. Se a dimensão do objeto envolver diferentes localidades, com risco de restringir a competitividade, é preciso que haja justificativa para a concentração do mesmo, quando é (se for) perfeitamente possível o parcelamento da contratação. Não se pretende afirmar, com isso, que seja preciso uma contratação para cada localidade, mas sim que haja uma melhor

definição do objeto contratual, levando em conta a possibilidade de restringir a competitividade, uma vez que deve ser considerada a capacidade das empresas no mercado de prestar o serviço da magnitude pretendida pela Administração.

145. Em relação aos **critérios e práticas de sustentabilidade** (art. 5º, art. 11, IV, art. 18, §1º, XII, e §2º, da Lei nº 14.133, de 2021, art. 7º, XI da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 e art. 16, I, “g” da IN SGD/ME nº 94, de 2022), deverão ser tomados os cuidados gerais a seguir:

- definir os critérios e práticas objetivamente no instrumento convocatório como especificação técnica do objeto, obrigação da contratada ou requisito previsto em lei especial;
- justificar a exigência nos autos;
- verificar se os critérios e práticas preservam o caráter competitivo do certame; e
- verificar o alinhamento da contratação com o Plano de Gestão de Logística Sustentável.

Em atendimento à recomendação constante no item 145, a equipe de planejamento informa que os critérios e práticas de sustentabilidade estão descritos objetivamente no item 4.7 do TR (SEI 20459073) e estão alinhados ao art. 5º da Lei nº 14.133/2021 e ao Plano de Ação de Compras e Contratações Sustentáveis constante no Plano de Logística Sustentável da ANTT, aprovado pela Portaria DG nº 422, de 26 de julho de 2022, tudo isso em consonância ao que prevê a Instrução Normativa nº 10/2012.

Ademais, tais critérios e práticas preservam o caráter competitivo do certame, pois mostram-se aderentes à natureza técnica do objeto e passíveis de cumprimento por todos os licitantes interessados.

No tocante aos demais normativos pertinentes à temática da sustentabilidade, vale registrar que o Estudo Técnico Preliminar exige, dentre outros, que a execução do objeto assegure a sustentabilidade dos serviços da ANTT que envolvam a infraestrutura de redes, conforme exigência do art. 18, §1º, XII e §2º da NLLC e em conformidade com o art. 16, I, “g” da IN SGD/ME nº 94, de 2022.

150. Se a Administração entender que os serviços ou bens a serem adquiridos não se sujeitam a critérios de sustentabilidade ou que as especificações restringem indevidamente a competição em dado mercado, deverá apresentar a devida justificativa.

Em relação à recomendação 150, a equipe de planejamento esclarece que os critérios de sustentabilidade estão previstos no subitem 4.7 do TR (SEI 20459073).

151. Quanto ao orçamento, é dever da Administração, na contratação de serviços, elaborar planilha detalhada com a consolidação dos quantitativos e preços unitários e total da contratação (art. 6º, XXIII, “i”, art. 18, IV, e § 1º, VI, da Lei nº 14.133, de 2021). No caso das contratações de soluções de TIC, o disposto no art. 20 da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, que, expressamente, determina seja a pesquisa de mercado realizada com base na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, que disciplina o tema e deve ser observada.

152. Esta necessidade de todos os custos unitários da contratação estarem discriminados na planilha foi exigido pelo TCU, no Acórdão nº 2341/2020.

153. Caso o objeto da contratação contemple serviços de operação de infraestrutura e atendimento a usuários de TIC, destaca-se, ainda, que a Portaria SGD/MGI nº 1.070, de 2023, trouxe regras próprias para a realização

A equipe de planejamento reitera, em relação à recomendação do item 151, que foram observadas as orientações da IN SEGES/ME nº 65/2021 para a realização da pesquisa de preços, com observância aos parâmetros estabelecidos e critérios de análise, sendo elaborada planilha detalhada com a consolidação dos quantitativos e preços unitários e total da contratação. Para tanto, foram realizadas consultas de contratações similares feitas pela Administração Pública e pesquisa com fornecedores, previstas, respectivamente, nos incisos II e do art. 5º da IN SEGES/ME nº 65/2021, conforme registrado no Mapa Comparativo de Preços SEI (19113112). A equipe de planejamento ressalta que foi realizada a pesquisa de preços das licitações e contratações similares feitas pela Administração Pública e a pesquisa com fornecedores.

A equipe registra que a contratação da solução da plataforma integrada para proteção de usuários e visibilidade da superfície estendida de ataques, com resolução continua de vulnerabilidades e priorização e correlação dos eventos de segurança demandam a necessidade de serviço de operação assistida (item 2) e em resposta a incidentes de

da pesquisa de preços, a fim de atender o seu modelo proposto de contratação de serviço de operação de infraestrutura de TIC, vejamos:

10.8. Estimativa do Valor Mensal da Contratação

10.8.1.O modelo proposto utiliza como base para estimativa de preços: a) O quantitativo e o perfil de pessoal de cada Categoria de Serviço;

b) O Mapa de Pesquisa Salarial de referência; e

c) A Planilha simplificada para estimativa do valor mensal do serviço, sumarizada num Fator-K máximo (único para todas as categorias), padronizado pela SGD e também outros itens de custos envolvidos não atrelados aos Perfis, como software, licenças e outros. ...

11. DA REALIZAÇÃO DA PESQUISA DE PREÇO

11.1.A planilha salarial de referência publicada periodicamente pela SGD visa estabelecer uma fonte confiável e robusta para precificação do insumo de maior relevância na prestação dos serviços de operação de infraestrutura e atendimento aos usuários de TIC, qual seja, os balizadores de custos de utilização dos perfis profissionais.

11.2. Desse modo, a elaboração da pesquisa salarial publicada pela SGD cumpre todos os requisitos constantes da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 2021, com o intuito de desonerar os órgãos e entidades da administração pública da realização de procedimento adicional para composição do preço de referência relacionado à alocação de perfis profissionais.

154. Caso o objeto da contratação contemple serviços de desenvolvimento, manutenção e sustentação de software, destaca-se, ainda, que a Portaria SGD/MGI nº 750, de 2023, trouxe regras próprias para a realização da pesquisa de preços para o serviço de desenvolvimento, manutenção e sustentação de software, vejamos:

Art. 6º. A definição do valor de referência, do valor máximo da contratação e do patamar mínimo de presunção relativa de inexecuibilidade deverá utilizar como base a pesquisa salarial de preços, bem como os limites para utilização do fator-k, previstos no Anexo II desta Portaria.

§ 1º. Os valores constantes no Anexo II cumprem o disposto na Instrução Normativa Seges/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, para fins de pesquisa de preços das contratações que utilizarem os perfis profissionais e insumos do referido Anexo.

segurança (item 7). Todavia, esses serviços constituem-se como itens acessórios à contratação principal, portanto, o objeto da contratação não demanda a alocação de recursos, mas tão somente garantir que as demandas específicas das ferramentas contratadas sejam instaladas e executadas de forma a manter o ambiente operacional. Nesse sentido, a equipe de planejamento informa que foram utilizados os regramentos vigentes e específicos quanto à contratação em questão, a exemplo da Instrução Normativa n. 94/2021 e Instrução Normativa n. 65/2023.

Por fim, a equipe acrescenta, ainda, que os valores unitários discriminados nos itens 2 e 7 do lote foram obtidos através da metodologia do "menor valor" e do parâmetro da pesquisa com fornecedores, em consonância com o art. 6º e 5º, inc. IV da IN SEGES/ME n. 65/2021 e em harmonia com o regramento da Instrução Normativa SGD/ME n. 94/2022.

§ 2º. Os órgãos e entidades poderão utilizar valores, perfis profissionais ou insumos diferentes daqueles previstos no Anexo II, seguindo as orientações previstas no Anexo I, devendo, neste caso, realizar pesquisa de preços nos termos da Instrução Normativa Seges/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, para aqueles perfis ou insumos diferentes daqueles constantes no Anexo II.

§ 3º. O Anexo II será atualizado periodicamente pela Secretaria de Governo Digital.

Art. 7º. A Secretaria de Governo Digital disponibilizará planilhas e material complementar para subsidiar os cálculos das quantidades e valores de recursos.

155. Desse modo, deverá a planilha ser preenchida pela Administração com a indicação de todos os custos unitários dos itens referentes ao objeto, ou justificada sua dispensa.

156. Atenta-se que somente se admite a dispensa de seu preenchimento nas contratações em que, pela própria natureza do objeto, torne-se desnecessário ou inviável o detalhamento dos custos para fins de aferição de exequibilidade (subitem 2.9, b.1, do anexo V da IN SEGES/MP nº 05, de 2017).

157. Tendo em conta a natureza estritamente técnica do orçamento, a adequação da metodologia empregada para estimar os custos unitários da contratação não será examinada por este órgão jurídico, posto ser atribuição não afeta à formação jurídica e ao prisma do exame da estrita legalidade.

158. Há que se ressaltar, contudo, que a pesquisa de preços deverá ser executada de acordo com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 2021. Em especial, deverão ser cumpridas as orientações abaixo:

- a pesquisa de preços deve contemplar bens cujas especificações guardam identidade com as daqueles efetivamente desejados, evitando a comparação entre bens que não sejam equivalentes;
- a pesquisa de preços será materializada em documento que conterá, no mínimo: identificação do(s) agente(s) responsável(is) pela pesquisa ou, se for o caso, da equipe de planejamento; caracterização das fontes consultadas; série de preços coletados; método estatístico aplicado para a definição do valor estimado; justificativas para a metodologia utilizada, em especial para a desconsideração de valores inconsistentes, inexequíveis ou excessivamente elevados, se aplicável; memória de cálculo do valor estimado e documentos que lhe dão suporte,

A equipe de planejamento reitera, em relação à recomendação dos itens 158, 159, 160 e 161, que foram observadas as orientações da IN SEGES/ME nº 65/2021 para a realização da pesquisa de preços, com observância aos parâmetros estabelecidos e critérios de análise. Foram realizadas consultas de contratações similares feitas pela Administração Pública, prevista no inciso II do art. 5º da IN SEGES/ME nº 65/2021, bem como a pesquisa com fornecedores, conforme registrado no Mapa Comparativo de Preços (SEI 19113112). Todos os valores obtidos nos parâmetros utilizados na pesquisa de preço foram cotejados entre si e analisados criticamente a fim de alcançar o valor referencial dos itens a serem contratados, conforme Nota Técnica nº 6643/2023/GETIC/SUTEC/DIR/ANTT (SEI 19193329).

Para a pesquisa de preço foram utilizadas especificações que guardam identidade com as daqueles efetivamente desejados, bem como foram descritas a metodologia, as fontes de consulta, os parâmetros de pesquisa, as especificações da contratação e as condições comerciais, conforme registrado nos itens 11.3.1 a 11.3.4 do ETP (SEI 20488157), no Mapa Comparativo de Preços (SEI 19113112) e na Nota Técnica nº 6643/2023/GETIC/SUTEC/DIR/ANTT (SEI 19193329).

justificativa da escolha dos fornecedores, no caso da pesquisa direta (art. 3º);

- na pesquisa de preços será realizada mediante a utilização dos parâmetros, empregados de forma combinada ou não (art. 5º);
- quando a pesquisa de preços for realizada com os fornecedores, deverá ser observado o prazo de resposta conferido ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto a ser licitado e obtenção de propostas formais, contendo, no mínimo: descrição do objeto, valor unitário e total; número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente; endereço físico e eletrônico e telefone de contato; data de emissão e nome completo e identificação do responsável, bem como registro nos autos da relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação (art. 5º, § 2º);
- os preços pesquisados devem ser examinados de forma crítica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados, por meio de manifestação técnica fundamentada, cumprindo à Administração o discernimento sobre os efetivamente aptos a comporem a planilha de preços, podendo até serem excluídos aqueles demasiadamente discrepantes dos demais (art. 6º, §§ 3º e 4º);
- entre as fontes da pesquisa de preços, devem ser priorizadas a “composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente” e as “contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente”, em detrimento da “pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo” (desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso), de “pesquisa direta” com fornecedores (desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital) e de “pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas (desde que a data das notas fiscais

Para a obtenção do preço estimado, a equipe esclarece que foi empregada a metodologia do menor valor obtido na pesquisa de preços, utilizando os parâmetros de contratações similares feitas pela Administração Pública e da pesquisa com fornecedores. Essa metodologia é mais vantajosa à Administração Pública por se tratar de serviços comuns, conforme consta no item 1.2 do TR (SEI 20459073).

Todos os valores obtidos nos parâmetros utilizados na pesquisa de preço foram cotejados entre si e analisados criticamente, como mencionado acima, a fim de alcançar o valor referencial dos itens a serem contratados, conforme é demonstrado e registrado nos itens 11.3.1 a 11.3.4 do ETP (SEI 20488157) e na Nota Técnica nº 6643/2023/GETIC/SUTEC/DIR/ANTT (SEI 19193329).

esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital), cuja adoção deve ser vista como prática subsidiária, suplementar, conforme art. 5º, § 1º;

- na pesquisa de preços, sempre que possível, deverão ser observadas as condições comerciais praticadas, incluindo prazos e locais de entrega, instalação e montagem do bem ou execução do serviço, quantidade contratada, formas e prazos de pagamento, fretes, garantias exigidas e marcas e modelos, quando for o caso, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto (art. 4º);
- somente em casos excepcionais, será admitida a determinação de preço estimado com base em menos de três preços, desde que devidamente justificada nos autos pelo gestor responsável e aprovada pela autoridade competente (art. 6º, § 5º);
- justificar a metodologia empregada para a estimativa dos custos da contratação (art. 6º, §§ 1º, 2º e 3º); e
- o preço estimado da contratação poderá ser obtido, ainda, acrescentando ou subtraindo determinado percentual, de forma a aliar a atratividade do mercado e mitigar o risco de sobrepreço (art. 6º, §2).

159. Adicionalmente, deve a pesquisa de preços refletir o valor praticado na praça em que será prestado o serviço ou fornecido o produto, refletindo, tanto quanto possível, o valor de mercado da localidade onde será realizada a contratação.

160. Todas estas informações devem constar de despacho expedido pelo servidor responsável pela realização da pesquisa, no qual, além de expor o atendimento das exigências acima, irá realizar uma análise fundamentada dos valores ofertados pelas empresas, inclusive cotejando-os com os valores obtidos junto às outras fontes de consulta. É através desta análise fundamentada, que a Administração irá estabelecer o valor estimado da contratação.

161. Considerando que se trata de matéria estritamente técnica, inerente à competência da Administração, cabe à Procuradoria orientar a respeito do tema, sem necessariamente fazer juízo de valor a respeito do resultado da pesquisa.

162. Deve ainda a Administração declarar expressamente se a pretendida contratação envolve itens constantes nos Catálogos de Soluções de TIC com

A equipe de planejamento registra, em atendimento às recomendações 162 e 163, que os serviços, objeto desta contratação, **não estão contemplados** pelo Catálogo de

Condições Padronizadas, caso em que deverá certificar, expressamente, a utilização, como preços estimados, o Preço Máximo de Compra de Item de TIC (PMC-TIC), salvo se a pesquisa de preços realizada nos termos deste artigo resultar em valor inferior ao PMC-TIC, tal como definido no art. 20, § 3º, c/c o art. 2º, XXVI e XXVII, ambos da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, bem como no art. 8º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 2021.

163. Ainda acerca do PMC-TIC, assim disciplina o art. 40 da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, que deve ser observado pela Administração:

Art. 40. O Órgão Central do SISP manterá base atualizada dos Catálogos de Soluções de TIC com Condições Padronizadas no sítio eletrônico oficial do Governo Digital, contendo o PMC-TIC.

§ 1º Será utilizado, como valor máximo da contratação, o PMC-TIC contido na base de que trata o caput deste artigo, consultado pelos órgãos e entidades do SISP, na fase de Planejamento da Contratação, antes do encaminhamento do processo à área jurídica, e no momento que antecede a prorrogação contratual, conforme disposto no art. 36 desta Instrução Normativa.

§ 2º A consulta de que trata o parágrafo anterior deste artigo deverá ser renovada caso decorra mais de 90 (noventa) dias de sua realização, sem que tenha havido a aceitação do lance vencedor ou a prorrogação contratual, conforme o caso.

§ 3º Para a elaboração dos Catálogos de Soluções de TIC com Condições Padronizadas, o Órgão Central do SISP poderá celebrar acordos corporativos com fabricantes de soluções de TIC, inclusive quanto ao estabelecimento de preços máximos de compra, tendo tais instrumentos força vinculativa de observância obrigatória pelos órgãos e entidades do SISP, após a publicação dos respectivos Catálogos, conforme disposto nesta Instrução Normativa.

§ 4º Na ausência de acordo corporativo com o fabricante da solução de TIC, o Órgão Central do SISP poderá elaborar os Catálogos de Soluções de TIC com Condições Padronizadas de forma unilateral, a partir de dados oriundos de contratações feitas no âmbito do SISP, pesquisas de mercado, além de outros elementos.

Soluções de TIC com Condições Padronizadas, publicado pelo Órgão Central do SISP, previsto na [Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022](#).

164. Se, por alguma razão, for tecnicamente inviável a adoção dos parâmetros preferenciais (Painel de Preços banco de preços em saúde e pesquisa em contratações públicas similares), deverá ser trazida aos autos justificativa para o não atendimento da orientação.

Atendendo à recomendação do item 164, a equipe de planejamento registra que para a pesquisa de preços foram realizadas pesquisas ao Painel de Preços, Comprasnet e junto à Administração Pública, com base no que prescreve a IN SEGES/ME nº 65/2021, conforme registrado no subitem 11.3 do ETP (SEI 20488157).

<p>165. Se forem feitas adequações no orçamento da licitação, deverão ser realizadas as adaptações correspondentes no valor estimado da licitação em todas as minutas trazidas aos autos, devendo ser feita análise específica sobre a participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas equiparadas.</p>	<p>A equipe de planejamento, em atenção à recomendação do 165, registra que o orçamento estimado da contratação, obtido na fase de planejamento, é de R\$ 8.271.223,00 (oito milhões, duzentos e setenta e um mil duzentos e vinte e três reais) para 12 (doze) meses, conforme custos unitários apostos na tabela descrita no subitem 1.1. do TR (SEI 20459073). Esse valor poderá sofrer alterações na fase externa da licitação, com a seleção da proposta de menor preço por grupo.</p> <p>No tocante à análise específica sobre a participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas equiparadas, a equipe de planejamento esclarece que o tema extrapola a sua competência, por estar relacionada à questões relativas à fase externa da licitação (edital e seleção de fornecedores), assim como eventuais alterações de orçamento durante essa fase, posterior à fase de planejamento. Nesse sentido, sugere que o assunto seja abordado no âmbito da SUDEG/COLIC.</p>
<p>166. Caso o objeto da contratação contemple serviços de operação de infraestrutura e atendimento a usuários de TIC, devem, ainda, ser observadas as regras impostas pela Portaria SGD/MGI nº 1.070, de 2023.</p>	<p>Em atenção à recomendação registrada no item 166, que trata da Portaria SGD/MGI nº 1.070, de 2023, a equipe de planejamento informa que foram utilizados os regramentos vigentes e específicos quanto à contratação em questão, a exemplo da Instrução Normativa n. 94/2021 e Instrução Normativa n. 65/2023.</p>
<p>167. Se o objeto da contratação contemplar serviços de desenvolvimento, manutenção e sustentação de software, devem, ainda, ser observadas as regras impostas pela Portaria SGD/MGI nº 750, de 2023.</p>	<p>A equipe de planejamento entende que a recomendação 167 não se aplica à contratação em questão, por não se tratar de contratação de serviços de desenvolvimento, manutenção e sustentação de software.</p>
<p>169. O Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, prevê tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas de bens, serviços e obras.</p>	<p>A equipe de planejamento, em atenção à recomendação 169, registra que o tratamento diferenciado a ser despendido às microempresas e às empresas de pequeno porte está tratado nos subitens 9.3 e 9.4.3.8 do TR (SEI 20459073).</p>
<p>171. Adicionalmente, vale lembrar que, de acordo com a Orientação Normativa AGU nº 47/2014, é obrigatória a participação exclusiva de ME e EPP na licitação quando os itens ou lotes/grupos tiverem valor igual ou inferior a R\$ 80.000,00.</p> <p>172. Ademais, o art. 8º do Decreto nº 8.538 prevê que, para a aquisição de bens de natureza divisível, e desde que não haja prejuízo para o conjunto ou o complexo do objeto, os órgãos e as entidades contratantes deverão reservar cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.</p> <p>173. Há, ainda, previsão facultativa de estabelecimento, nos instrumentos convocatórios:</p>	<p>A equipe de planejamento, em atenção à recomendação dos itens 171 a 174, registra que a previsão de participação exclusiva de ME e EPP não se aplica à essa contratação, uma vez que os grupos extrapolam o valor de R\$ 80.000,00, conforme registrado no subitem 13.2 do ETP (SEI 20488157) e no subitem 1.1 do TR (SEI 20459073).</p>

<ul style="list-style-type: none"> • de exigência de subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte nos termos do art. 7º do Decreto nº 8.538, de 2015; • de prioridade de contratação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de dez por cento do melhor preço válido nos termos do art. 9º, II, do Decreto nº 8.538, de 2015. <p>174. Registre-se que os tratamentos diferenciados previstos no presente tópico também se aplicam às cooperativas com receita bruta equivalente à das empresas de pequeno porte, por força do art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.</p>	
<p>176. Tratando-se, no caso, de contratação de bens e serviços de informática, incide o Decreto nº 7.174, de 2010, o qual, dentre outras disposições, prevê regras de preferência a serem aplicadas nos respectivos certames, em especial nos seus arts. 5º a 8º, os quais devem ser observados pela Administração.</p> <p>177. Neste sentido, deve haver nos autos manifestação da Administração acerca da aplicação das regras da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (arts. 44 e 45), bem assim/ou do Decreto nº 7.174, de 2010 (art. 8º).</p>	<p>A equipe de planejamento, em atenção à recomendação dos itens 176 a 177, registra que o tema acerca da margem de preferência a microempresas e empresas de pequeno porte está tratado no subitem 9.3 do TR (SEI 20459073).</p>
<p>180. No caso de aquisição de bens, cabe ao gestor avaliar o desempenho deles conforme o disposto nos art. 19, I, art. 30, art. 33, II, "j" e item 8 do Anexo I, todos da IN nº 94, de 2022</p>	<p>A equipe de planejamento registra, em atendimento à recomendação 180, que não se trata de aquisição de bens e, sim, contratação de serviço de fornecimento de solução integrada para proteção de usuários e visibilidade da superfície estendida de ataques, com resolução contínua de vulnerabilidades e priorização e correlação dos eventos de segurança, visando prover à Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT o aumento da segurança cibernética, seguindo as orientações gerais do Governo Federal. Todavia, o TR (SEI 20459073) nos seus itens 7.10.1.3 e 8.10.5, registra a avaliação de desempenho dos serviços prestados.</p>
<p>181. Tratando-se de serviços de TIC, o modelo de contratação pela Administração Pública tem como diretriz a mensuração e pagamento dos serviços por resultado, o que, nas palavras de Augusto Sherman Cavalcanti, significa:</p> <p>A contratação de serviços por resultado compreende o tipo de contratação em que o pagamento da contratada será feito com base na mensuração dos serviços e dos resultados alcançados e verificados.</p>	<p>Em atendimento à recomendação 181, a equipe de planejamento esclarece que a mensuração e pagamento dos serviços estão descritos no item 8 - "Critérios de medição e pagamento" do TR (SEI 20459073), no qual, estão previstos os critérios a serem utilizados relativos ao nível mínimo de serviço para aferição e avaliação dos serviços prestados e que impactarão no pagamento ao fornecedor.</p>

Evita-se, o mais possível, a utilização de metodologia de pagamento por horas-trabalhadas ou por posto de serviço (horas de disponibilidade do pessoal).

Existem basicamente duas formas de se formalizar um contrato com tal previsão de pagamento por resultados:

a) mediante o estabelecimento de uma métrica;

b) mediante a fixação de um Acordo de Nível de Serviço. (CAVALCANTI, Augusto Sherman. O Novo Modelo de Contratação de Soluções de TI pela Administração Pública. Belo Horizonte: Fórum, 2013, p. 145)

186. Caso o objeto da contratação contemple serviços de operação de infraestrutura e atendimento a usuários de TIC, sublinhe-se que o item 12.1 da Portaria SGD/MGI nº 1.070, de 2023, expõe que:

A verificação da qualidade constitui-se em procedimento indispensável para a fiscalização e a gestão de contratos de serviços da Administração Pública. Proporciona a devida verificação da medida em que o que está sendo entregue ao longo do contrato efetivamente corresponde ao resultado esperado (ou planejado). Nesse sentido, indicadores de níveis de serviços devem ser definidos para todo e qualquer contrato de operação de infraestrutura e atendimento a usuários de TIC, observando-se o conjunto mínimo de indicadores capaz de assegurar a efetiva prestação de serviço com a qualidade esperada.

187. Deste modo, recomenda-se que o setor responsável se manifeste de forma específica e fundamentada sobre os critérios a serem adotados para a aferição e mensuração de todos os serviços previstos no planejamento da contratação, à luz das normas e decisões acima referidas, especialmente do modelo proposto pela SGD/MGI, por meio da Portaria nº 1.070, de 2023.

188. Dispondo mais especificamente sobre mensuração em contratos de serviços de desenvolvimento, manutenção e sustentação de software, a Portaria SGD/MGI nº 750, de 2023, traz recomendações técnicas a serem observadas no âmbito do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, a qual, identicamente, deve ser integralmente observada pela Administração.

190. Dispondo mais especificamente sobre mensuração em contratos de serviços de gestão de estações de trabalho, a Portaria SGD/MGI nº 2.715, de

A equipe de planejamento esclarece, quanto à recomendação 186 e 187, que o item 8 - "Critérios de medição e pagamento" do TR (SEI 20459073) estabelece os critérios para aferição e avaliação dos serviços prestados utilizando indicadores de níveis de serviço.

A equipe de planejamento entende que a recomendação 188 não se aplica à contratação em questão, por não se tratar de contratação de serviços de desenvolvimento, manutenção e sustentação de software.

A equipe de planejamento entende que a recomendação 190 não se aplica à contratação em questão, por não se tratar de contratação de serviços de gestão de estações de trabalho.

<p>2023, traz uma lista exemplificativa desses indicadores, nos itens 10.2.6 e 10.2.7, ambos do Anexo I, a qual deve ser observada pela Administração.</p>	
<p>192. O regime de execução deve ser sopesado pela Administração, em particular em termos de eficiência na gestão contratual.</p> <p>193. Como regra, exige-se que as características qualitativas e quantitativas do objeto sejam previamente definidas no edital, permitindo-se aos licitantes a elaboração de proposta fundada em dados objetivos e seguros.</p> <p>198. A opção da Administração por um ou outro regime não decorre de mera conveniência, mas sim da possibilidade, no caso concreto, de predefinir uma estimativa precisa dos itens e respectivos quantitativos que compõem o objeto a ser licitado. Se tal possibilidade existir, a regra é a adoção da empreitada por preço global – normalmente atrelada às obras e serviços de menor complexidade. Do contrário, deve ser adotada a empreitada por preço unitário.</p> <p>201. Assim sendo, recomenda-se que sempre sejam trazidas ao processo as justificativas para o regime de execução escolhido para a contratação.</p>	<p>A equipe de planejamento registra, em atendimento às recomendações 192, 193, 198 e 201, considerando a natureza dos serviços a serem contratados, que o objeto da contratação possui quantitativo estimado relativo às soluções e serviços a serem executados que compõe o objeto a ser contratado, nos moldes dos apêndices do TR (SEI 19189927) e de acordo com o ETP (SEI 20488157), que o regime de execução do contrato será por empreitada por preço unitário, conforme registrado no item 9.2 do TR (SEI 20459073). Isso porque os preços da futura contratação basear-se-ão em valores unitários para as soluções e serviços, de modo que as medições adotarão o real quantitativo executado pela contratada, de acordo com os quantitativos orçamentários disponibilizados.</p> <p>Acerca das características qualitativas e quantitativas, estas estão dispostas no item 1.1 do TR (SEI 20459073) e no apêndice "A" do TR (SEI 19189927).</p>

Atendidas as recomendações, restituímos o processo para prosseguimento, após as justificativas apresentadas, nos termos das orientações e recomendações inseridas no Parecer Referencial n. 004/2023/PF-ANTT/PGF/AGU (SEI n. 20140215). Diante disso foram inseridas as novas versões dos seguintes documentos:

- a) Estudo Técnico Preliminar (SEI 20488134);
- b) Estudo Técnico Preliminar Digital (SEI 20488157);
- c) Termo de Referência (SEI 20458785);
- d) Termo de Referência Digital (SEI 20459073) e
- e) Mapa de Gerenciamento de Riscos Digital (SEI 20429273).

PAULO JOSÉ MILANEZ

Integrante Técnico
GETIC/SUTEC/ANTT

VICTOR HUGO GOUVEIA DE LUCENA LIMA

Integrante Requisitante
Gerente de Infraestrutura Tecnológica
GETIC/SUTEC/ANTT

RAMONA DE PAIVA PACHECO

Integrante Administrativo
SUDEG/ANTT

Aprovo a Estudo Técnico Preliminar (SEI 20488134), o Estudo Técnico Preliminar Digital (SEI 20488157), o Termo de Referência (SEI 20458785) e o Termo de Referência Digital (SEI 20459073), e declaro que estão de acordo com a [Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022](#), da Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia.

(Assinado eletronicamente)

DIOGO DA FONSECA TABALIPA

Superintendente de Tecnologia da Informação
Autoridade Máxima da Área de TIC



Documento assinado eletronicamente por **VICTOR HUGO GOUVEIA DE LUCENA LIMA, Integrante Requisitante**, em 30/11/2023, às 11:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 21, inciso II, da [Instrução Normativa nº 22/2023](#) da ANTT.



Documento assinado eletronicamente por **PAULO JOSÉ MILANEZ, Integrante Técnico**, em 30/11/2023, às 14:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 21, inciso II, da [Instrução Normativa nº 22/2023](#) da ANTT.



Documento assinado eletronicamente por **RAMONA PAIVA PACHECO, Integrante Administrativo**, em 30/11/2023, às 16:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 21, inciso II, da [Instrução Normativa nº 22/2023](#) da ANTT.



Documento assinado eletronicamente por **DIOGO DA FONSECA TABALIPA, Superintendente**, em 30/11/2023, às 16:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 21, inciso II, da [Instrução Normativa nº 22/2023](#) da ANTT.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.antt.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **20244130** e o código CRC **768C623D**.

Referência: Processo nº 50500.044375/2023-13

SEI nº 20244130